

NILTON BOBATO

PAULO PORTO

PALESTINA

UM OLHAR
ALÉM DA
OCUPAÇÃO



Limiar

NILTON BOBATO

PAULO PORTO



PALESTINA

UM OLHAR
ALÉM DA
OCUPAÇÃO

Limiar

2025

Novembro de 2025

Texto	Nilton Bobato
Fotos	Paulo Porto Borges
	Norian Segatto
Coordenação	Jihad Abu Ali
Coordenação editorial	Norian Segatto
Revisão	Waldson Dias, Jihad Abu Ali e Adriana Mendes
Capa e projeto gráfico	Limiar
Foto de capa	Paulo Porto Borges

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bobato, Nilton
Palestina : um olhar além da ocupação / Nilton Bobato, Paulo
Porto. – São Paulo : Limiar, 2017

ISBN 978-85-88075-69-6

1. Árabes palestinos – Palestina 2. Conflito árabe-israelense 3.
Palestina – condições sociais 4. Palestina – História 5. Palestina
– Política e governo 6. Refugiados 7. Relatos pessoais I. Porto,
Paulo. II Título.

17-11309

CDD-956.94

Índices para catálogo sistemático :

1. Palestina : História : Relatos pessoais 956.94

Limiar

Editora Limiar | Rua Inácio Pereira da Rocha, 172 | Vila Madalena | São Paulo
www.editoralimiar.com.br

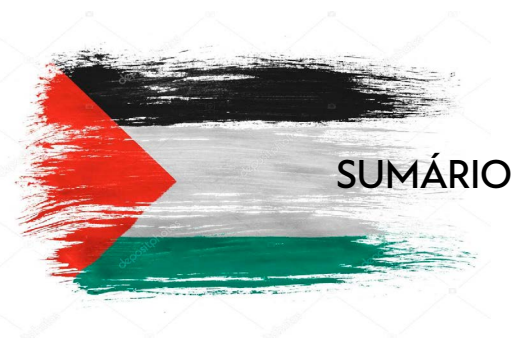
Agradecimentos

Abdallah Ashqar, Alexandre Mannah, Amer Abdel Aziz, Atef Mannah (in memorian), Cleober Perissoli, Faisal Ismail, Fida Abu Ali, Gilmar Piolla, Hichan Abdul All, Ibrahim Abu Ali, Ibrahim Alzeben, Inês Padilha, Jaqueline Castro, Jamal Fatah, Joel de Lima, José Reinaldo, Khaled Ghotme, Liliam Faria Porto Borges, Luiz Henrique Dias, Maria El Saad, Mohamed Abu Ali, Mohamed Hasan Ashqar, Mohamed Hijazi, Mohamed Rahal, Nasser Hasan, Nelton Friedrich, Sael Atari, Said Tajen, Sarah Atari, Ualid Rabah e todas e todos que de alguma maneira contribuíram para que a Missão de Solidariedade se realizasse e este livro fosse publicado.





Menino aguarda o pai,
agricultor de Beitunia,
retornar no horário
definido pelos soldados
israelenses



NOTA DA EDIÇÃO ONLINE 2025	10
NOTA DA EDIÇÃO DE 2017	15
PRÓLOGO	18
A TENSA CHEGADA	24
O PRIMEIRO CONTATO COM O POVO PALESTINO	41
DEPOIMENTO DE JIHAD	44
JERICÓ	51
BEDUÍNOS	60
CHECKPOINTS	64
BEITUNIA	71
Brasileiros	75
RAMALLAH	79

MEMÓRIA DE ARAFAT	81
EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE DE BIRZEIT	89
BURIN E A MARCA DA TENSÃO	92
ENCONTRO COM MAHMOUD ABBAS	95
JERUSALÉM	98
Os Bashiti	108
Issam Bashiti	112
YATTA	115
OS ABU ALI	122
REFUGIADOS PALESTINOS	125
O RETORNO	126
AMÁN E PARIS	137
POSFÁCIO	139
LANÇAMENTO EM 2017	142
OS AUTORES	152

DEZ ANOS SEPARAM A MISSÃO DESTE LIVRO DIGITAL: O QUE MUDOU?

Desde que decidimos produzir a versão digital para o livro: *Palestina – um olhar além da ocupação*, cuja viagem que o gerou completou 10 anos em 2025, há meses venho tateando com esse texto, que teria a missão de atualizar a conjuntura internacional relacionada à Palestina.

Na primeira tentativa, comecei reiterando que israel vem provocando o maior genocídio humano na história do planeta, só superado pelo Hitler. Com o apoio financeiro, militar, político e ideológico de Trump, Netanyahu coloca em prática, de forma cruel, o plano de eliminar Gaza e seus moradores da face da terra, assumindo inclusive que não concorda com a solução de dois estados. Ou seja, não é só Gaza, o plano é eliminar a Palestina e os palestinos.

Mas eis que surge uma pequena esperança, o Irã resolveu contra-atacar depois de várias agressões sofridas e os assassinatos de algumas de suas lideranças. Os estados árabes em silêncio, a Rússia com a guerra de Putin e a China querendo manter suas relações comerciais. Ou seja, de um lado, o estado assassino de israel, os EUA e Otan (com 70% da força militar mundial) e do outro, o Irã sozinho. Teerã se agarrou à primeira proposta de cessar fogo que se mostrou apenas razoável.

Alguns dias depois, quando já pretendia novamente focar na análise do genocídio em Gaza para essa atualização conjuntural, eis que o mundo ocidental leva um soco no estômago, com imagens de crianças palestinas raquíticas e subnutridas, adultos e crianças morrendo de fome, um crime sem precedentes na história contemporânea. Imagens

que lembram a subnutrição endêmica na Etiópia dos anos 1980, mas lá, além da guerra civil, havia a maior seca que já atingira o país africano.

No caso palestino, a fome e a subnutrição foram provocadas deliberadamente pelo regime genocida sionista, como método para dizimar a população de Gaza, assim como fizeram os nazistas para eliminar o povo judeu, colocavam crianças para morrerem de inanição nos guetos. O plano é tétrico: os que não morrerem com as bombas, o bloqueio à entrada de alimentos e à ajuda humanitária, fará o restante do serviço macabro.

Se os assassinatos de milhares de palestinos, bombas atingindo escolas, hospitais, prédios inteiros se tornando pó, já estavam se tornando rotina e exceto alguns discursos no parlamento europeu ou manifestações em universidades denunciando o genocídio.

No Ocidente, talvez os únicos dirigentes nacionais que falavam em genocídio em Gaza, era o presidente Lula e Petro, da Colômbia.

A fome revelada, a desnutrição, a morte de crianças, trouxeram o massacre para um lugar muito além do genocídio com bombas, na percepção das pessoas. O estapafúrdio motivo para aquelas crianças estarem morrendo de inanição não tem nada que ver com seca ou outro fenômeno natural - ambiental. Aquele cenário escancarado nos televisores, computadores e celulares de bilhões de pessoas, expôs a crueldade, o projeto de limpeza étnica digna dos melhores roteiros de Hitler. Homens e mulheres de várias nações ampliaram a voz e a reação das ruas. Até aqueles países que tratam a barbárie israelense contra a população palestina como guerra ou como direito de israel a se defender, entenderam o que acontece em Gaza. Até mesmo milhares de israelenses foram às ruas.

Nos dias que antecederam a realização da histórica 80ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2025, quando dez países anunciaram o reconhecimento do Estado Palestino somando-se aos 147 já reconheciam, entre eles o Brasil, imaginei que este seria o principal ponto da análise da conjuntura. Desta feita aderiram: Portugal, Reino Unido, Canadá,

Austrália, França, Luxemburgo, Mônaco, Malta, Bélgica e Andorra. A adesão de França, Canadá e Reino Unido, três integrantes do G7, é mais do que simbólica, revela o isolamento da aliança sionista assassina. Os europeus se juntam a Espanha, Suécia e Noruega, entre outras nações do velho continente. Alemanha e Itália continuam agarradas ao projeto sionista-ianque, assim como Japão e Coreia do Sul.

Formalmente, o Brasil reconhece o Estado da Palestina com a capital em Jerusalém Oriental, desde 2010.

A causa palestina, neste período pré-assembleia da ONU, mobilizou países inteiros com manifestações nacionais, incluindo greves como as ocorridas na Itália, além das flotilhas de solidariedade.

A Assembleia da ONU presenciou um dos mais firmes e corajosos discursos em defesa da Palestina já efetuados pelo presidente Lula. “Nada, absolutamente nada, justifica o genocídio em curso em Gaza.” Lula descreveu a situação como um risco de o povo palestino “desaparecer” e uma “tentativa de aniquilamento de seu sonho de nação.”

Chamou a ocupação permanente da Palestina pelas forças israelenses de ilegal e classificou o avanço sobre a população palestina de “limpeza étnica”. Lula ainda culpou a falta de multilateralismo da ONU e a “tirania do veto” no Conselho de Segurança como responsáveis pela continuidade do genocídio em Gaza.

Elevando ainda mais o tom, Gustavo Petro, presidente da Colômbia, país que já havia rompido relações com o estado sionista, fez o mundo ouvir sua voz, que além de acusar Trump de políticas baseadas no racismo e na crença da “raça superior”, nominou o massacre em Gaza como genocídio e “experimento hitlerista”. Petro ainda propôs a criação de uma força armada internacional para a libertação da Palestina, “um exército forte de nações que não aceitem o genocídio”, cravou.

Mas a conjuntura continuou com novos episódios, desta vez com o imperador estadunidense, usando o sangue derramado de milhares de palestinos para completar seu plano de dominar completamente o

território de Gaza, com um discurso de que estava resolvendo o conflito (como se o Netanyahu fizesse algo que os EUA não mandassem), Trump, reivindicando o Prêmio Nobel da Paz, impõe um “plano de paz” que é a submissão completa palestina em troca da sobrevivência, em troca de não serem assassinados, por enquanto.

Hoje, quando concluo este relato, é dia 7 de outubro de 2025, data em que dois anos antes, um ato desesperado de militantes do Hamas, em território ocupado pelos israelenses, deu ao genocida Netanyahu, a Biden, a Otan, a toda a grande mídia internacional e a Trump, o discurso para apoiar israel, desta vez com a promessa de extirpar Gaza da face da terra. O que nenhum dos seus aliados ocidentais esperava, é que passados dois anos, israel não concluiu a matança e ainda expôs crianças sobreviventes à fome, miséria e subnutrição, gerando imagens devastadoras dos crimes cometidos pelo exército sionista, com dinheiro dos EUA e da Otan, na Faixa de Gaza.

A conclusão, é que a ofensiva sionista sem precedentes, vem transformando qualquer análise conjuntural da situação da palestina uma areia movediça que engolirá qualquer pretensão a atualizá-la.

Uma coisa, é clara, hoje há mais apoio internacional a Palestina, pelo menos no discurso, mas o preço que o povo palestino paga por esse “apoio” pelo mundo é muito alto. E a ganância, crueldade, do regime sionista, impune, só piora. O quadro hoje, de sofrimento do povo palestino é, no momento em que escrevo esse relato, é muito mais grave do que era em 14 de novembro de 2015, quando atravessamos a aduana de King Hussein e pisamos em território palestino para narrar a percepção que tivemos de um povo, que apesar da ocupação, vivia, tinha sonhos e resistia.

Continua resistindo, sonhando, mas hoje, o fantoche e gendarme dos EUA no oriente, já não sente mais a necessidade de fazer de conta que aceita a solução de dois estados. Já fala publicamente em ocupar toda a Palestina.

O aumento da lista de países que reconhecem oficialmente o Estado Palestino é um avanço. Mas ainda é muito pouco. Como disse o



presidente Lula, se não agirmos, há risco de extinção do povo palestino. Portanto, se faz cada vez mais urgente, enquanto ainda temos um povo para defender, que a absoluta maioria das nações do planeta, deixem a submissão a uma única potência e façam mais do que o reconhecimento oficial da Palestina como Estado, incluindo o Brasil: promovam, por exemplo, um boicote generalizado contra israel, impedindo o estado assassino de vender, comercializar qualquer produto ou serviço, importar, participar de eventos culturais e esportivos, e discuta uma proposta como a efetuada por Gustavo Petro.

Defender a existência da Palestina, sua cultura, sua história, seu povo e sua terra, não é nosso dever político, é nosso dever enquanto ser humano. Estamos defendendo a humanidade. Se permitirmos que, em pleno século XXI, ocorram genocídios como em Gaza e apartheids como na Cisjordânia e Jerusalém, estaremos dizendo aos tiranos e déspotas que podem fazer isso em qualquer lugar do planeta.

Viva a Palestina!!

Nilton Bobato

NOTA DA EDIÇÃO DE 2017

Com dois anos de atraso sai o livro **Palestina: um olhar além da ocupação**. A proposta era fazer o livro após a viagem que realizamos em 2015 e que documentaria com nosso texto e as fotos do Paulo Porto, que juntos com o Jihad Abu Ali, coordenador, articulador, guia, participamos de uma missão de solidariedade à Palestina entre os dias 14 e 20 de novembro de 2015.

O texto e as fotos estão prontos desde a viagem, mas a tal da revisão e da busca por uma editora foram sendo adiadas pelas tarefas políticas que os três cumprem. Mas antes tarde do que mais tarde, com o selo da Editora Limiar colocamos nas bancas, livrarias, praças e ruas esta obra que, como o próprio título sugere, é a visão sobre a Palestina – olhada durante uma viagem de seis dias – de um escritor e de um fotógrafo, ambos professores, militantes da causa e na época vereadores pelo PCdoB em suas cidades.

No entanto, repetir somente a história dos já conhecidos dramas políticos, pessoais e todas as atrocidades a que são submetidos a Palestina e seu povo pelo governo sionista de Israel, não era o objetivo, nem da viagem, nem do livro.

Queríamos também falar da gente palestina, do seu dia a dia, do que vimos além da ocupação e com isso possibilitar a visão de que na Palestina tem pessoas que vivem, lutam, que são solidárias, que estudam, trabalham e organizam suas vidas para conviver e lutar contra esta atrocidade que se prolonga por impensáveis 70 anos.

Gerações inteiras de palestinos foram dizimadas ou expulsas de suas terras, enquanto isso o mundo continua a aceitar as atrocidades de Israel.

Espero que este livro ajude a mostrar a Palestina que precisa ser defendida, visitada, estudada, apreciada.

سَعَى فَعَلِينَا أَنْ نَكُونَ
مِثْلَ مَسْتَوًى قَدْ أَسْتَهَا



ارضنا مقدس
ع



Palestine
Land of Saints



PRÓLOGO

Por Ibrahim Alzeben



“VAI. VOCÊS PRECISAM IR, PRECISAM SAIR DAQUI”.

Mal sabiam nossos viajantes à Palestina que descobririam depois, na prática, o que isso significou e segue significando para mais de 5 milhões de palestinos refugiados, expulsos de suas casas, terras, negócios, escolas, igrejas e mesquitas, em 1948, com uma diferença: aos centenas de milhares de palestinos da época não foi dado ouvir algum agente de alfândega, mas os estalidos das bombas partidas de tanques e aviões e as rajadas das metralhadoras, que produziram mortos, feridos, mutilados, destruição e pavor, levando à fuga em massa de uma população desarmada, sem exército ou qualquer tipo de treinamento militar, para passar a vida, até estes dias, em 58 campos de refugiados.

A Palestina é o endereço de centenas de milhões de pessoas por razões espirituais e históricas, mas a isto se acrescentem, em nossos dias, outras centenas de milhões por outra razão: a SOLIDARIEDADE. E é neste

contexto que nosso povo recebeu as visitas de Nilton Bobato e Paulo Porto, ambos, na época, vereadores em Foz do Iguaçu e Cascavel, respectivamente, e de Jihad Abu Ali, presidente da Sociedade Árabe Palestina de Foz do Iguaçu e diretor de Assuntos Internacionais do Município de Foz do Iguaçu, descendente de pai palestino e nascido no Brasil, e fervoroso militante da causa palestina.

Nenhuma forma de solidariedade é superior a outra e agradecemos a todas igualmente. Há, entretanto, casos em que as experiências vividas na Palestina marcam diferentemente, e este é o caso do trio que engrandeceu a Terra Santa com sua visita. Estes brasileiros, amantes da paz, viveram a experiência única da OCUPAÇÃO e, mais do que isso, a narram para o Brasil e o mundo nos termos mais vívidos, ao ponto de permitir ao leitor colocar-se em seus lugares e viver suas experiências e, mais, as próprias vidas de cada palestino ou palestina sob a OCUPAÇÃO.

Descobriram e conseguem agora transmitir que a OCUPAÇÃO não é apenas uma palavra; é uma experiência cotidiana, um experimento ainda não vivido por nenhum povo, em nenhum momento da história, em curso em pleno terceiro milênio, em pleno vigor do Direito Internacional, de suas instituições, como a ONU, e da capacidade humana de se comunicar instantaneamente, isto é, de nenhum crime, pelo menos em tese, restar desconhecido.

Já na chegada, antes mesmo de ingressarem na Palestina, nossos visitantes notaram a anomalia inaugural: entram em um país de nome Palestina, mas a alfândega é de OUTRO PAÍS, denominado Israel. Ao observador mais atento, a OCUPAÇÃO já é comunicada na alfândega e aduana. Sem uma única palavra ou gesto palestino, lá está a ocupação, numa espécie de primeiro ato de uma peça teatral em que o surrealismo é sua marca.

Em muitos casos, como o aqui narrado, porque percebido o que se dava, ir à Palestina já faz inaugurar-se as anomalias que lá, uma vez chegado, se passa a viver. Isso porque, primeiro, se mentaliza a Palestina,

seja a partir de versões corretas, seja por meio de mitos mal construídos e direcionados, a justificar o estado atual de coisas. Foi por isso que nossos viajantes à Palestina não puderam deixar de notar, já no aeroporto de São Paulo, a presença de um refugiado alegando ser músico que tocaria no Brasil, ou passar a temer os problemas que poderiam enfrentar em virtude dos atentados em Paris de novembro de 2015, poucas horas após embarcarem da capital francesa para Amán, na Jordânia. E por que essas aparentemente meras coincidências foram notadas? Porque essas questões e situações acabaram revelando tudo o que diz respeito à Palestina. São refugiados, violências, perigos. Em outras palavras, passa-se a viver a OCUPAÇÃO da Palestina já quando da decisão de visitá-la.

Em narrativa vibrante, o que aqui se lê permite conhecer a vida de um palestino na própria carne, pois é isso o que vive um dos viajantes, Nilton Bobato, por ter características físicas “árabes”. Ao ser “arabizado” por seus traços, o que implica em ter sido “palestinizado”, Bobato passou a viver a OCUPAÇÃO na pele. E, em sentido contrário, Paulo Porto viveu a ocupação ao ser prontamente liberado pelos agentes fronteiriços israelenses por suas características físicas “europeias” ou “ocidentais”. Afinal, a ocupação sempre tem dois lados, duas facetas, que exprimem oprimidos e opressores, ocupados e ocupantes, e esses têm, ainda que apenas mítica ou ideologicamente, características físicas diversas. E isso é a OCUPAÇÃO, brilhantemente narrada nesta leitura.

Claro que, por esta faceta da OCUPAÇÃO, Jihad Abu Ali, que nas características físicas nem seria, a priori, um “árabe”, teve seu nome a conspirar. Aí a OCUPAÇÃO se realizou por inteiro.

Mas a OCUPAÇÃO é muito mais pródiga do que isso e seguiu dando passos após a alfândega. Aos brasileiros não havia nenhuma recepção. Como viajantes da paz, que trazem solidariedade, não foram recepcionados por seus anfitriões, as autoridades de Jericó, por onde se iniciaria a já tornada verdadeira epopeia. Ainda que paradoxal, a razão é simples: a essas autoridades não é permitido viajar pelo território palestino, nem mesmo aos limites territoriais desta municipalidade, a

de Jericó, a cidade mais antiga do mundo, e palestina, com mais de 10.700 anos. Isso só é possível porque assim é a OCUPAÇÃO, cuja sensibilidade de nossos viajantes soube tão bem captar.

Portanto, passadas poucas horas, nossos visitantes se vêm frente ao surreal, ao “teatro do absurdo”, à normalização do anormal, à desumanização em nome de uma inexplicável “civilização”, por alguns, chamada “ocidental”, verdadeira ofensa ao ocidente real e seus avanços verdadeiramente civilizatórios. E esta confusão de conceitos e de concretude é, também, a OCUPAÇÃO.

Enfim, desde o primeiro momento em que decidem por esta viagem épica, mesmo antes de a iniciarem no Brasil, e desde o primeiro segundo que se avizinham da Palestina, esses amigos do povo palestino vivem, minuto a minuto, a OCUPAÇÃO, impressionantemente narrada em texto vibrante, às vezes comovente, outras revoltante. Todos os tipos de abusos, barreiras que infernizam a vida cotidiana do povo palestino – separação de suas casas da rua que passa em frente ou ao lado; limitação de acesso à água aos agricultores e à população em geral, ao mesmo tempo em que a abastança é assegurada a poucos israelenses ilegalmente instalados em terras palestinas confiscadas por meio da violência; as deportações; os fechamentos de escolas, de cidades inteiras rotineiramente, de igrejas e mesquitas; impedimento permanente de deslocamento à população palestina, por vezes de bairro a bairro, e muito mais - não são apenas narrados, mas vividos pelos nossos viajantes. A Jerusalém cercada e proibida aos palestinos, seja de visitá-la, seja de nela morar, construir, comprar ou vender, não escapou aos olhares atentos do trio, assim como o MURO DO APARTHEID, muitas vezes maior do que o de Berlim, muitas vezes mais vergonhoso.

Apesar desta infernização da vida e existência dos palestinos, nossos amigos diletos veem uma Palestina que sabe resistir e viver, receber seus amigos e turistas, construir, cantar e dançar, darão mundo lições para quem não sabe, ainda, o que é a OCUPAÇÃO.

Viram uma população que conhece sua história e a materializa na figura quase mítica do maior líder palestino, YASSER ARAFAT, onipresente em toda a Palestina por meio de seus milhares, talvez milhões de retratos, museus, camisetas, souvenirs e no imponente mausoléu provisório onde se encontra depositado seus restos mortais, em Ramallah.

Viram o quanto os palestinos responderam àqueles que, quando do início da OCUPAÇÃO, profetizaram que “eles (os que resistiram, décadas atrás) morrerão e seus filhos esquecerão”. Não só os filhos não esqueceram como resistem hoje seus bisnetos, em alguns casos já os trinetos. Viram que o engano fatal é a prova não apenas do fracasso daqueles que promoveram a limpeza étnica da Palestina e sua OCUPAÇÃO, mas a vitória de um povo que resolveu NÃO ESQUECER sua história, sua terra ancestral e milenar, suas riquezas arqueológicas, suas espiritualidades, provando ao mundo que a JUSTIÇA sempre estará vocacionada a sair vitoriosa em seus embates contra a opressão.

Se pudéssemos traduzir a vitória palestina contra a OCUPAÇÃO talvez escolhêssemos alguns exemplos que nos brindam esta narrativa. Dentre muitos, um se destaca, o do campo da educação. Apesar da OCUPAÇÃO se dar brutalmente neste campo, o do conhecimento, justamente porque ele é essencial na libertação, alguns números são impressionantes, à frente da esmagadora maioria dos países. A alfabetização é de quase 100% (estimada em 98% da população), enquanto que o índice de palestinos em universidades é de impressionantes cerca de 60%. Estes números são uma derrota aos que profetizaram, como falsos profetas dos tempos modernos, o fim da história, do povo e da nação palestina.

Quem quiser conhecer a OCUPAÇÃO da Palestina deve ler esta experiência tão detalhadamente narrada. Fazendo-o, conhecerá também uma resistência épica, que se traduz numa Palestina vibrante, alegre, apesar de um destino desumanamente imposto, que constrói o seu futuro e o de toda a humanidade, pois, além de dar humildes lições de perseverança e resiliência, abre os braços a todos e todas para visitá-la e ali encontrarem-se com suas espiritualidades, nesta terra santificada,

ancorada pelas passagens de todos os profetas e suas pregações.

A gratidão do povo palestino a Nilton Bobato, a Paulo Porto e a Jihad Abu Ali, que seguem vivendo, em suas solidariedades, a OCUPAÇÃO, a causa fundamental do rancor, de uns e de outros, mas mais do ocupante, que, afinal, cria-o e se vê por ele consumindo, passando a navegar num barco sem vela, sem destino, sem porto. A OCUPAÇÃO, como este barco sem destino, não tem futuro. A OCUPAÇÃO imita aquela besta que insiste em consumir seu criador, tanto nisto insistindo até que o devore.

Aos demais, boa leitura, isto também um ato de solidariedade para com a Palestina e um ato de contestação da OCUPAÇÃO.

A TENSA CHEGADA

Vai!! Vai!! Vocês precisam ir, precisam sair daqui! Sinalizava lá de dentro, em meio aos guichês da migração israelense, Jihad Abu Ali. Eu e Paulo Porto já estávamos na parte de trás dos guichês, no último estágio antes de deixarmos o posto de King Hussein e na dúvida se cumpríamos ou não a ordem do embaixador de dar sequência à missão, mesmo sem o Jihad.

Sabíamos que era provável que isso ocorresse e deveríamos seguir a missão, se ele, o nosso guia e articulador da viagem, ficasse retido pelas forças israelenses, mas, entre o sentimento prático, a necessidade política de seguir e abandonar um companheiro sozinho no quintal do inimigo, havia um espaço tremendo, um dever de consciência quase insuperável.

Não podíamos ir.



A missão foi organizada por Jihad Abu Ali, presidente da Sociedade Árabe Palestina de Foz do Iguaçu, pelo embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, pelo governo palestino e pelas prefeituras de Jericó e Beitunia (na Palestina). Além de Jihad, que participava da missão como organizador, intérprete e guia, a missão era composta por mim

(Nilton Bobato, então vereador de Foz do Iguaçu) e por Paulo Porto Borges (vereador de Cascavel), ambos do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e defensores da causa palestina.

A minha participação tinha como principal objetivo dar sequência aos entendimentos que levaram à irmanação das cidades de Jericó e Foz do Iguaçu em 2012, discutir avanços nas relações e propor convênios que envolvessem a Itaipu Binacional e o Programa Cultivando Água Boa.

Paulo Porto levava a experiência da luta do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e dos povos guaranis para compartilhar com os palestinos uma proposta de convênio envolvendo a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e uma carta da prefeitura de Cascavel para torná-la coirmã da palestina Beitunia. Além dessa missão, nosso objetivo era conhecer a Palestina, seu povo e falar desta experiência nos lugares possíveis no Brasil: ser mais um agente multiplicador da mensagem da causa palestina.

Sáímos de Foz do Iguaçu na tarde do dia 12 de novembro de 2015, entusiasmados com a missão e naturalmente apreensivos: como seria? De acordo com o planejado, nos apresentariamos à imigração israelense como turistas normais, não como autoridades políticas ou coisa parecida.

Voo tranquilo até São Paulo. No aeroporto de Guarulhos, enquanto aguardávamos a conexão e uma encomenda do PCdoB (livros e revistas que deveríamos levar para a Palestina), organizada pelo secretário de Relações Internacionais do partido, José Reinaldo, nos deparamos com a primeira experiência característica do Oriente Médio daqueles dias. Na porta do elevador, uma pessoa carregada de bagagem, falando árabe, tenta se locomover, seguida por três pessoas com uniformes de uma companhia aérea. Trazia a família (uma menina e a esposa) e pelo menos oito malas grandes. Jihad o interpelou. O viajante se apresentou como músico, disse que era curdo da Jordânia e que iria realizar um show em Campo Grande (MS). Só tinha a passagem até São Paulo, procurava dar a aparência de que não o orientaram direito, tentava comprar a

passagem de São Paulo até a capital do Mato Grosso do Sul. Os três funcionários que o acompanhavam se esforçavam para ajudá-lo.

Não teríamos como acompanhá-los, mas era óbvio que não se tratava de apenas um músico que iria fazer uma apresentação no Brasil. Ninguém traria tanta bagagem para este fim. Era alguém que vinha para o Brasil e não voltaria mais. Daqui a alguns dias seria mais um na lista de refugiados.

Após certificar que ele tinha um contato brasileiro, que o orientava por telefone, deixamos a família aos cuidados dos funcionários da companhia aérea.

Chegamos a Paris no dia 13 de novembro de 2015. À noite, naquela sexta-feira, aconteceriam os atentados em série que matariam mais de 180 pessoas na capital francesa, a maior parte assassinadas no Teatro Bataclan¹. Além da tragédia em si, o ato covarde promovido por seguidores do Estado Islâmico mexeria com nossa programação de viagem. No entanto, naquela manhã tudo estava normal, já fazia muito frio na capital francesa, mas o sistema de temperatura do aeroporto Charles de Gaulle nos deixava protegidos.

Menos de quatro horas depois embarcamos rumo a Amán, capital da Jordânia, local escolhido por várias razões, a principal delas: o risco de impedirem a entrada do Jihad em Tel Aviv era muito maior do que na aduana de King Hussein, na fronteira com a Jordânia. Ali teríamos o apoio de familiares do Jihad que residem na cidade, se algo desse errado, teríamos estrutura de apoio para retornar.

Se o voo entre São Paulo e Paris foi em uma aeronave confortável, o trecho até Amán foi a bordo de um avião apertado, desconfortável (os nossos aviões domésticos são um luxo em termos de espaço perto dos convencionais que a Air France oferece), mas salvos pela visão aérea das

1. Para saber mais sobre os atentados em Paris, em 2015, sugerimos a leitura do livro "Paris, sexta-feira 13", do jornalista Marcos Clementino. NE

montanhas europeias, do Mar Mediterrâneo e dos territórios palestinos.

Desembarcamos em Amán às 20h30, hora local. Depois dos trâmites burocráticos fomos aguardar as bagagens e, como reza a lei de Murphy, as nossas estavam entre as últimas. Porém, faltou uma. Uma das malas trazidas por Paulo Porto foi escolhida pelo pente fino da fiscalização jordaniana, mas ninguém nos avisou disso, ela simplesmente ficou retida.

Começamos a tentar imaginar qual seria o problema, seriam os artesanatos guaranis que o Paulo trazia na bagagem? Não era, havia algo muito mais sério.

Depois de algumas tentativas, Jihad foi informado que somente o proprietário da mala estava autorizado a entrar no setor de fiscalização. Mas ele não falava árabe e nem inglês, tentou argumentar nosso intérprete. Eu assistia a tudo de longe, pois coube a mim a guarda das demais bagagens. O primo do Jihad, Fida Abu Ali, que nos esperava do lado de fora do aeroporto, também não podia entrar naquele setor e não era aconselhável que eu saísse dali carregando três malas grandes e algumas bagagens de mão.

E qual era o problema com a bagagem do Paulo? Ninguém conseguia se comunicar. Havia algumas bolinhas brancas, pequenas, utilizadas contra mofo, que os fiscais acharam tratar-se de alguma espécie de droga sintética. Trouxeram um cachorro que cheirou a naftalina velha (já sem cheiro), outro fiscal revirou a mala, até que permitiram que o Jihad participasse da ação. Se convenceram de que não era nenhuma droga, liberaram Porto e a mala.

Isso durou quase uma hora, quando saímos do aeroporto começamos a receber as notícias dos atentados em Paris e dos amigos no Brasil querendo saber se estávamos bem.



Com Gawal Abdelglil e Mohamed Odeh, lideranças do Fatah, na escadaria da Muqata, sede do Governo Palestino. Mesmo local onde Arafat recebia lideranças mundiais durante o cerco israelense a Ramallah

A noite na Jordânia foi especial. Amán é uma cidade muito bonita, com avenidas amplas e uma arquitetura tradicional daquela região: construções em pedra e linhas retas, prédios baixos, mas o que chamou a atenção foi o aparato de segurança do hotel em que ficamos hospedados naquela noite e que, segundo Jihad, é comum em todos os hotéis na Jordânia após um atentado ocorrido há alguns anos. O aparato é composto por uma máquina de raio-x, como aquelas de aeroportos para averiguar as bagagens, e detectores de metal para as pessoas, além de dois guardas fortemente armados.

Nas ruas não encontramos esta paranoia de segurança. Policiais transitavam normalmente (pela nossa visão ocidental) e nos deliciamos com a tradicional culinária árabe em um restaurante em que fomos ciceroneados por Fida Abu Ali, primo do Jihad, empresário na capital

jordaniana e que morou muito tempo no Brasil, o que ajudava na nossa comunicação.

Continuávamos intrigados com os acontecimentos de Paris, em busca de informações e preocupados com o reflexo que poderia ter na nossa missão. Um fato já era certo: teríamos de mudar os planos de retorno, que incluíam dois dias em Paris.



No dia seguinte (14 de novembro) levantamos cedo, tomamos café e Fida já nos esperava no saguão do hotel. Nosso destino nos aguardava: Palestina.

Teríamos que chegar cedo, pois era sábado, dia sagrado para os judeus e os serviços de migração na fronteira cessam às 12h. Por mais que aceleremos sempre há atrasos. Chegamos na aduana jordaniana por volta das 10 horas. Nos despedimos de Fida e fomos para os trâmites. Optamos pelo caminho comum (a orientação da embaixada era de que deveríamos contratar um serviço VIP, que faria o traslado mais rápido entre a aduana jordaniana e a fronteira palestina) e resolvemos atravessar a fronteira de ônibus. Queríamos entender e sentir como as pessoas comuns transitam naquela região.

Quando subimos no ônibus ficou aparente a tensão, nossa e de outros passageiros. Ninguém podia afirmar com absoluta certeza que continuaria a viagem; a chance de não entrar era razoável, mesmo em um ônibus destinado aos estrangeiros, sob o ponto de vista israelense (que incluíam os jordanianos). Os palestinos faziam o trajeto em ônibus exclusivos.

Na primeira parada, uma hora após nossa saída a notícia era de que chegaríamos a King Hussein, a estação de controle para entrada em território Palestino, no limite do horário. Segundo o motorista, se nos permitiram chegar até aquele ponto, iríamos até o fim. A aduana fecha

ao meio-dia, mas todos que entrassem até essa hora seriam atendidos. Poderíamos até não entrar na Palestina, mas não seria porquê a aduana estava fechada.

Nessa parada começamos a ter uma demonstração dos métodos israelenses de controle. A primeira e a mais forte sensação da viagem. Estávamos indo à Palestina, Cisjordânia, no entanto o controle da fronteira era totalmente israelense. Não havia um único palestino trabalhando naquela área de aduana.

Como é possível a ONU (Organização das Nações Unidas) reconhecer o direito da Palestina ser um Estado, se continua permitindo que outro Estado controle sua fronteira? A Palestina é o único país do planeta que tem um presidente reconhecido internacionalmente, mas não controla suas fronteiras – que fica sob tutela de um governo estrangeiro, fato que só existe devido ao aval das potências mundiais, capitaneadas pelos EUA, aos atos perversos do regime sionista.

Nosso transporte estava parado próximo a um local onde uma israelense, uma única agente, utilizava um espelho de inspeção para fiscalizar sob os ônibus - um de cada vez -, possivelmente à procura de bombas.

A cada ônibus averiguado a moça parava, conversava com o agente armado ao lado, ia ao banheiro ou conversava com outros agentes que circulavam pelo local. Na fila da esquerda éramos o quinto ônibus quando chegamos. Na fila da direita, as pessoas desciam dos veículos para fumar. Fomos orientados pelo motorista que não poderíamos descer.

Os da direita desciam, pois eram palestinos e seriam os últimos a serem liberados. Havia três ônibus à direita e a fila à esquerda aumentava. Entre uma inspeção e outra, a averiguação parava, pois carros de autoridades israelenses cortavam a fila, assim como vans ou veículos de serviço VIP. Há um comércio, uma hierarquia de poder e provavelmente um sistema de corrupção, que vive de explorar os aparatos de segurança

da ocupação, por pequenas benesses como cortar fila ou ter as devidas vistas grossas seletivas da fiscalização judaica.

Cerca de 40 minutos depois nosso ônibus foi liberado e desembarcamos no posto de King Hussein. Fomos abordados por alguns carregadores, que devido a quantidade de bagagem (levávamos quatro malas grandes), nos colocaram na frente da fila. Insistentemente chamados pelos carregadores, fomos rompendo aquela ordem estabelecida. Naquele lugar não tinha muito que fazer a não ser seguir o fluxo. E assim foi.

Colocaram um adesivo amarelo nos nossos passaportes e também nas malas, mas que aparentemente não identificavam nada, nem número havia. Separados das nossas bagagens, fomos para os detectores de metais. Houve um exame mais detalhado na câmera fotográfica e acessórios do Paulo Porto, mas entramos e ficamos aguardando o que trouxemos do Brasil. Todas as malas liberadas, exceto uma minha que trazia livros e algumas embalagens de café. Fui para o pente fino abrir livro por livro (possivelmente procuravam por drogas) até ser finalmente liberado.

No terceiro guichê fiquei no fim da nossa pequena fila de três, começavam a chegar os primeiros palestinos e alguns eram barrados e retidos para averiguação. Paulo foi o primeiro a ser atendido no guichê que liberava a entrada em território Palestino. Passou sem problema, seja pela sua cara de europeu ou pela displicência da moça de cabelos pretos que o atendeu. Em seguida Jihad foi chamado para o mesmo guichê, enquanto uma loira, ao lado, me convocou para averiguação.

Pedi meu passaporte, olhou minha cara, desconfiada, imaginando pelas minhas características físicas que talvez fosse um palestino disfarçado. Perguntou se estávamos juntos, respondi positivamente. Empostando autoridade na voz questionou a moça de cabelos pretos porque ela havia liberado o outro e mandou que o chamasse de volta. Com o olhar de censura, a moça, que atendera o vereador de Cascavel perguntou o motivo da loira interferir no seu trabalho. Chamado por Jihad, Porto voltou. A loira pediu seu passaporte e teve certeza de que ele não era

árabe e num “go, go” (vá, vá) agressivo mandou que saísse dali, Paulo Porto era o primeiro de nós a ser liberado para entrar na Palestina.

Começou o meu interrogatório (enquanto a de cabelos pretos, com o passaporte do Jihad nas mãos, esperava). A loira queria saber se eu falava inglês ou árabe. Respondi que não e apresentei Jihad como meu intérprete para o árabe. Depois de alguns segundos, ela insistiu em me fazer perguntas em inglês. Com dificuldades de compreender o que ela falava, mas já entendendo que não adiantaria questionar a agente irritada, passei a me concentrar nos seus questionamentos para tentar responder.

Perguntas que não foram feitas ao Porto, a mulher fez a mim. Primeiro, queria saber para onde eu iria. Informei: Jerusalém (esta era a orientação, pois se não fosse assim poderíamos ficar restritos a Jericó apenas) e que passaria por Jericó e Belém. Pediu quanto de dinheiro eu tinha. Informei a quantidade, que não era muito, mas ela não se interessou em ver as notas. Queria saber se tinha reserva em hotel. Disse o nome do hotel em Jericó. Requisitou o comprovante da reserva. Não tinha, mas trazia um papel com o nome do hotel impresso. Fui até a mala que estava junto a bagagem no carrinho, estacionado a cerca de um metro atrás de mim, lentamente abri e mostrei a ela o papel. Fez gestos de quem não gostou muito, mas foi à próxima pergunta: se eu tinha passagem de volta. Novamente fui até o carrinho da bagagem e retirei o impresso com os dados da passagem. Olhou, conferiu e com ares de desinteresse, devolveu-me o papel, mas não satisfeita, questionou se eu tinha cartão de crédito internacional. Disse que sim, mas ela queria vê-lo, fazendo sinais com as mãos. Fui pela terceira vez até a bagagem, peguei minha carteira, retirei o cartão e entreguei a ela. Conferiu, devolveu-me, mas continuou me olhando e revisando o passaporte, como se procurasse algum sinal que diferenciasse meu rosto da foto no documento, no entanto não fez mais nenhuma pergunta e me liberou.

Fiquei ao lado, esperando o Jihad. A de cabelos pretos (a policial boa) entregou o passaporte para a loira (a policial má) que, fazendo o papel

de competente defensora da estrutura de Israel de humilhar qualquer cidadão de origem palestina, foi direto ao assunto: queria saber o nome dos parentes que ele teria na Palestina, onde nascera. Não adiantou dizer que era brasileiro, que trazia um passaporte brasileiro, o seu nome foi o suficiente para ela afirmar que estava retido para averiguação. Fui orientado por um agente que não poderia continuar ali, num inglês que consegui entender, se já estava liberado. Não contestei.

Atravessei a área dos guichês, tive o cuidado de levar comigo a bagagem do Jihad. Ele ficou única e exclusivamente com uma mochila, uma muda de roupas e seus documentos (que trouxera separado, preparado para a possibilidade deste momento). Porto me esperava antes do último equipamento de raio-x, que nos colocaria para o lado de fora da aduana. Ficamos ali, não sabíamos o que fazer. Não estávamos dispostos a seguir a missão e deixar um companheiro abandonado à própria sorte.

Ficamos encostados em um cercado, atrás dos guichês onde nos liberaram para entrar na Palestina, próximos a um portãozinho que dava acesso ao último equipamento de raio-x para as bagagens e mais um detector de metal (não conseguimos entender o porquê do equipamento, se já havíamos passado por todo o processo de segurança um pouco antes). Após mais essa pequena peregrinação podíamos ver o lado de fora da aduana, movimento de táxis, vans e ônibus. Mas nossa preocupação, naquele momento, estava com Jihad.

Era necessário tomar uma decisão. Irmos e deixarmos um companheiro jogado à própria sorte e garantir a missão ou sermos solidários e colocar em risco a missão, a viagem, os objetivos traçados. As ordens eram claras: se o Jihad ficar retido, deixem-no, não vai acontecer nada, o máximo que acontecerá é ser impedido de entrar e voltar para a Jordânia. Mas como era possível não acontecer nada? A mulher que nos atendeu nos olhara com ódio o tempo todo e o Jihad estava nas mãos daquelas pessoas, sem comunicação. Poderiam fazer o que quisessem com ele. Não poderíamos simplesmente deixá-lo. Optamos por aguardar mais.

De onde estávamos era possível avistar a parte interna da sala da aduana, entre os guichês e o local de averiguação das bagagens e pude ver que uma agente conversava em pé com Jihad, com o passaporte dele na mão. A conversa não durou mais que um minuto e ela foi para uma sala, enquanto nosso amigo foi para algum lugar que não pude ver imediatamente.

Fiquei aflito, mas percebi que ninguém prestava atenção em mim e no Paulo. Estávamos numa espécie de zona morta, ninguém dizia que tínhamos que sair – ou, muito menos, ficar naquele lugar. Resolvi arriscar, voltar para a área dos guichês. Precisava tentar falar com o Jihad. Dei dois passos e percebi que ninguém prestava atenção em nós. Avancei. No limite dos guichês avistei Jihad sentado, com a mochila no colo, ao lado de outras três pessoas, possivelmente palestinos. Dei um sinal, tentando ser discreto, olhou-me e sinalizando com a cabeça e as mãos, deu a entender que não podia fazer nada.

Voltei para nossa zona morta. Continuávamos com a mesma opinião, não podíamos ir embora e deixá-lo. Ao mesmo tempo nos perguntávamos: se continuássemos ali, logo perceberiam e nos expulsariam ou nos mandariam de volta? Precisávamos resolver. Sabíamos o que tinha de ser resolvido. Era inevitável, mas a solidariedade falava mais alto e era preciso aguardar até o limite.

Mais uma vez voltei para a área dos guichês. Havia um agente, de costas para mim, falando com ele, que continuava sentado. O agente estava com um papel na mão. Observei a cena. O homem em pé, Jihad sentado, mantendo-se sereno. Esperei, poderia ser que o liberassem. O homem saiu e foi para a mesma sala que a agente anterior havia entrado. Antes que eu fizesse qualquer sinalização, Jihad, com expressões de censura, disse com as mãos: volte, saia daí.

Voltei e por mais alguns segundos tentamos tomar alguma decisão, até que avistamos Jihad em pé, logo atrás do cercado que separava os guichês daquela área de espera onde estava.

- Vai!! Vai!! Vocês precisam ir, precisam sair daqui!

A sinalização era clara (provavelmente os agentes começavam a perguntar sobre nós). Decisão tomada. Tivemos de seguir.



Tínhamos em mãos um papel impresso escrito em árabe, que deveríamos entregar ao taxista. O texto dizia que éramos turistas e dava as diretrizes do hotel em que a equipe da prefeitura de Jericó nos aguardava. Não compreendia até aquele momento por que nossos anfitriões estavam nos aguardando no hotel e não foram nos recepcionar na aduana.

Passamos pelo último estágio de revista, o do aparelho de raio-x para as bagagens e detector de metais. Ao sair da aduana um taxista nos abordou, mas relutamos. Pretendíamos ficar mais um pouco naquela área externa, entretanto, alguns minutos depois, analisando o cenário, não tínhamos o que fazer ali, o melhor era seguir as ordens.

O local era uma calçada, com uma parte coberta onde ficavam o agenciador de táxi e um guichê para passagens de ônibus e vans. Tínhamos que ir de táxi, afinal teríamos muitos problemas para nos localizar sem nos comunicar em língua árabe ou inglesa e nos movimentar com quatro malas grandes. Mas o preço da corrida nos assustou: US\$ 100.

Claro que não tínhamos alternativa. Entramos no táxi e tentamos nos comunicar com o motorista, que procurou justificar rapidamente o preço, pois se tratava de um trajeto de menos de 4 quilômetros entre a aduana e Jericó. O preço é pela corrida, se vocês forem a Jericó ou a Jerusalém. O preço é o mesmo, garantiu. No trajeto o simpático taxista tentou nos informar da conjuntura, num inglês, que tínhamos muita dificuldade de compreender, não por culpa do motorista, mas devido a nossa pouquíssima fluência na língua anglo-saxônica. Mas o principal entendemos: era palestino e estava feliz em saber que éramos amigos da Palestina.

Apesar de continuarmos pensando no Jihad, precisávamos seguir. O trajeto do táxi entre a aduana e Jericó foi tranquilo. Notamos que não havia nenhum ponto de fiscalização palestino. Qual país que não fiscaliza sua fronteira? A paisagem desértica e as montanhas de Jericó ao fundo fascinaram. Era nosso primeiro olhar para a Palestina em terra.

Chegamos ao hotel já passava das 14 horas e lá nos esperava Marwan Samarat (servidor do Departamento de Relações Públicas da prefeitura de Jericó, de origem beduína e que se tornaria nosso guia, amigo e cicerone até Ramallah) e Weaan Iriqat (filha de comunista e diretora de Cultura e Relações Públicas de Jericó). Estavam na portaria do hotel há horas nos aguardando. Sem o Jihad. O que fazer? Eles não falavam português e nós não falávamos inglês.

Lentamente, conseguimos estabelecer comunicação. Havia um funcionário do hotel que falava espanhol e nos ajudou. Conseguimos informar que o Jihad havia ficado retido na aduana. Tentaram nos acalmar, falando que isto era normal e previsto. “O pior que pode acontecer é não deixarem ele entrar e ter que voltar para a Jordânia”, era frase que mais ouviríamos nas próximas duas horas.

Havia uma agenda a cumprir. O prefeito de Jericó, Mohamed Jalayta, nos encontraria para o almoço. Deveríamos seguir em frente, enquanto aguardávamos e buscávamos notícias. Guardamos nossas bagagens e fomos para o restaurante. Com a chegada do prefeito, que também não falava português e no nosso código próximo do inglês estabelecemos a comunicação, em alguns casos com a ajuda do Google tradutor. Contamos a história ao prefeito e descobrimos mais uma novidade: o prefeito de Jericó não pode se deslocar até a aduana, que está em seu território.

Tentei convencê-lo de que deveríamos ir até King Hussein buscar informações. Em contrapartida, ele tentou me demover da ideia, nenhum funcionário ou carro da prefeitura de Jericó, nenhum palestino, poderia ir. “Nós não podemos ir até a fronteira e voltar, isso não é permitido”.

Simples assim: o prefeito ou qualquer cidadão não pode se locomover até a aduana que está localizada em seu município, nem que seja pra obter uma simples informação.

Aí começamos a ter a exata noção dos motivos pelos quais não foram nos recepcionar na aduana.

Mais uma daquelas perguntas que fazemos ao mundo: como é possível que a humanidade continue olhando inerte para situações como esta?

Saboreamos nosso primeiro almoço na Palestina, um prato chamado Maqluba (conhecido como a paella palestina, é composto de arroz, legumes e carne de carneiro), em um restaurante tradicional, mas com os pensamentos em King Hussein. Consegui estragar o almoço do prefeito com minhas perguntas, já que ele insistia em defender a tese de que a situação do Jihad não geraria maiores preocupações, mas o convenci a ligar para o primo do nosso amigo em Amán e para o embaixador palestino no Brasil. Assim como todos, Fida Abu Ali tratou o assunto com absoluta normalidade, usando a mesma frase: “o pior que pode acontecer é ele ser deportado”. E combinamos não informar ao grupo de Whatsapp criado para dar notícias sobre a viagem, nem aos familiares do Jihad, até termos uma posição final.

A mesma reação teve o embaixador Ibrahim Alzeben: “você sabiam que isso podia acontecer” e tomou duas providências para nos ajudar: informou o celular do embaixador do Brasil na Palestina, Paulo França, e de um amigo da cidade de Beitunia, Ali Abur, que morou muitos anos no Brasil, fala português e que poderia substituir Jihad na tarefa de ser nosso intérprete.

O embaixador brasileiro nos atendeu e repetiu a mesma frase anterior: “Isso é normal, se acalme”. Paulo França estava a caminho de uma reunião em Amán, mas deixaria seu chefe de consulado para situações de migração de brasileiros, o cônsul Ricardo Fleury, informado da situação, e buscaria o máximo de informações possíveis e ligaria para o celular do prefeito de Jericó.



Jovens de Jericó em frente ao monumento que homenageia a declaração da Independência Palestina

Em meio a tensão de buscar notícias, a tentativa de estabelecer um diálogo com nossos anfitriões (falamos com o intérprete de Beitunia, que chegaria só no outro dia) e o cansaço da jornada, Paulo Porto, que estava com internet funcionando, me alertou que Sarah, esposa do Jihad, o chamava inbox² e estava aflita, desconfiava que algo não estava normal, pois já havia se passado mais de seis horas desde a última notícia, ainda na capital jordaniana. Concluímos que era melhor informá-la. Prevíamos esta possibilidade e ela sabia disso.

Acabamos o almoço e como era véspera do Dia Nacional da Palestina, haveria um ato político em homenagem a Yasser Arafat, com a presença de lideranças nacionais do Al Fatah³. O prefeito nos convidou para

2. Chamada privada efetuada para celular ou rede social, como o Facebook. NE

3 Partido político do Movimento de Libertação da Palestina.

participar. Era a primeira oportunidade de participar da vida militante palestina. Já passavam das 15h30 e nenhuma notícia do Jihad.

Tínhamos esquecido da máquina fotográfica do Paulo, que por algum motivo, ainda na Jordânia, parou de funcionar. E sem o equipamento, parte dos planos da missão ficaria prejudicada: a exposição fotográfica e as ilustrações deste livro.

No caminho para o ato político, que seria realizado na periferia de Jericó, recebemos a ligação do cônsul Ricardo Fleury, informando que até o dia seguinte não seria possível nenhum contato com as autoridades israelenses, pois era sábado, dia sagrado para os judeus e não encontraria ninguém disposto a responder qualquer pergunta sobre problemas de migração. “A tendência é que seja deportado ainda hoje, mas se ficar retido, amanhã, conseguiremos entender o caso e interferir”. Impressionante como tratam uma questão desta com tanta naturalidade.

Entretanto, o cônsul disse algo que nos acalmou: “vereador, não se preocupe, nenhum brasileiro ficou preso até hoje na migração israelense, o que ocorre nesses casos é a deportação sumária. Portanto, fique tranquilo, ele não ficará preso, o máximo que vai acontecer é ter que voltar para a Jordânia”. A clareza com o que ele colocou a situação nos deixou menos angustiados e resolvemos nos concentrar na estrada e no que o prefeito tentava nos relatar sobre a situação de Jericó.

Avistamos algumas colônias israelenses, que ocupavam, segundo o prefeito Jalayta, as melhores áreas de produção agrícola da cidade. Ele nos mostrou uma fazenda palestina, com casas empobrecidas, simples, sem qualquer estrutura e uma fazenda ocupada por judeus, com estrutura, irrigação e maquinário agrícola.

Alguns minutos se passaram entre a ligação do cônsul e outro telefonema que o prefeito recebeu. Era Weaan (sua diretora de Cultura e responsável pelo contato com o hotel). Ele fez questão de nos dar a boa notícia: Jihad havia chegado ao hotel, sua equipe já estava a caminho para recebê-lo e cuidar dele. A notícia nos deixou mais que aliviados: emocionados. Esta

era a palavra: emocionados. E felizes. Mais que felizes, nosso companheiro de jornada estava bem e seguiria na missão.

O prefeito nos informou que não era possível buscá-lo no hotel, pois já estávamos muito atrasados para o ato, mas achou importante avisar a embaixada brasileira. Fizemos isso e imaginamos que as demais pessoas o Jihad avisaria.

O PRIMEIRO CONTATO COM O POVO PALESTINO



Jovens palestinas em manifestação no dia nacional da Palestina

Chegamos a Jiltlek Village, um bairro numa área agrícola, encravado na montanha. Seguimos por algumas estradas estreitas de terra com pedra até chegarmos na escola do bairro onde ocorria o ato. Centenas de bandeiras do Al Fatah e da Palestina tremulavam enquanto lideranças políticas locais e nacionais do partido fundado por Yasser Arafat discursavam e exaltavam a memória do líder. Entre um discurso e outro, artistas locais entoavam canções que falavam da resistência palestina para um público de mais de trezentas pessoas.

A escola, construída como a maioria das construções que encontramos na Palestina, em pedra, impressionava (depois fomos descobrir que é comum) pelo tamanho e por não ter muros em volta. Uma escola de

dois pisos, ampla. Nessa manifestação, o teto servia como base para alguns militantes e para estender bandeiras gigantescas da Palestina que davam ao ato político um aspecto grandioso.

Depois do evento, Jalayta nos levou para ver de perto um check point: o da rodovia para o norte, com uma placa indicando o caminho para Nablus, conhecido por já ter sido cenário de um filme e pela brutalidade com que os soldados israelenses ali escalados tratam os palestinos. Mas também ali, o prefeito não podia ir.

Começaram as primeiras histórias dos checkpoints. Todo palestino tem uma história pra contar, mas não nos deixaram chegar perto nem permitiram fazer fotos. Fizemos o contorno entrando numa rodovia marginal e voltamos.

Descobriríamos depois o que são os checkpoints.

O trajeto entre o checkpoint e a cidade de Jericó não durou mais que 20 minutos. No caminho, novamente pudemos ver as fazendas de colonos israelenses, com plantações de banana e tâmaras, irrigadas e bem cuidadas. Margeando a rodovia e em contraste com as ocupações israelenses, fazendas palestinas, com cercas baixas, pouca irrigação, casebres, plantações rasteiras, como berinjelas, mas havia também plantações de bananas e tâmaras palestinas.

Escurece muito cedo na Palestina, na Jordânia, enfim, naquela região. Às 16h30 o Sol começa a se pôr e quando retornamos ao hotel, para um banho e descanso, abraçar o Jihad e entender o que aconteceu, já era noite.



Senhora nascida em Giza, encontrada nos corredores do Mercado de Jerusalém. Por mais de 30 anos proibida de visitar a terra natal, procura pela filha que lá deixou

DEPOIMENTO DE JIHAD



N aquele momento em que disse ao Bobato que precisavam sair daqui, de King Hussein, foi difícil, mas era necessário mostrar para eles como o povo palestino sofre no dia a dia. Já sozinho, todas as imagens que antecederam esta viagem tomaram conta da minha mente.

Pensei muito em fazer esta viagem. Planejei-a desde 2012, quando comecei a convencer o Bobato e o então vice-prefeito de Foz, Chico Brasileiro, de que era necessário conhecer a Palestina.

Minha história com esta fronteira começou bem antes, em 2005, quando eu voltava à Jordânia com minha mãe, para visitar minha irmã mais velha e um dia, pela manhã disse para minha mãe: quero ir rezar em Jerusalém.

Poderia ser um desejo comum para qualquer pessoa que estivesse a apenas algumas horas de Jerusalém, mas não para um palestino. Arrumei minha bagagem e fui para a aduana entre a Jordânia e a Palestina, a mesma que agora estou com Paulo Porto e Nilton Bobato. Ali, em King Hussein, em 2005, passei pela mesma humilhação que voltaria a passar dez anos depois: no último guichê, a agente que pergunta: onde você vai?

Eu tinha 22 anos e muito sincero, respondi: estou indo para a Palestina.

Ela retrucou: aqui é Israel!

Respondi: não! Aqui é a Palestina!

Enfim. Reteve meu passaporte e assim começou minha história com a aduana de King Hussein. Passei por momentos de medo, raiva, fome e impotência, mas ao mesmo tempo, muita concentração e paciência, a ponto de conseguir contar todos os quadrados do piso no chão e os blocos de gesso no teto.

Passou uma hora – que parecia uma eternidade – até chegar um agente da inteligência de Israel, identificando-se com um nome árabe. Naquele momento fiquei tranquilo, achei que me salvaria, mas não era nada disso. Falava árabe fluentemente, mas era um agente israelense e agia como tal. Para me confundir, me fez dez perguntas em um minuto. Eu não sabia o que estava acontecendo. Comecei a responder tranquilamente: onde você mora? Onde você vai? Quem está te esperando? Quem são seus parentes? Etc. etc.

Depois desse pequeno questionário sumiu e voltou uma hora depois. Retirou-me do saguão e me levou a uma sala com três cadeiras, uma mesa e um telefone. Era uma sala de interrogatório.

Começou perguntando minha idade, por que estava ali e as mesmas perguntas de antes, até que fez uma pergunta, para mim, sem lógica: como seu pai saiu da cidade de Yatta e conheceu sua mãe no Brasil? Claro que eu não conseguiria responder. Ele bateu com a mão muito fortemente na mesa, tirou a pistola da cintura e colocou na mesa,

falando: vou terminar meu plantão e virá outro agente, precisamos saber o motivo que você veio aqui.

Repeti tudo de novo: quero rezar em Jerusalém. Mas ele continuava não acreditando. Até que em determinado momento disse que iriam me devolver para a Jordânia; falava o tempo todo em árabe, mas em seguida falou uma palavra em hebraico: bisader (que significa algo como: tudo bem). Como todo o resto da conversa era em árabe, respondo naturalmente com um ok.

Mais uma vez ele falou bisader e outra vez respondi ok. E pela terceira vez ele falou bisader e eu respondi bisader e aí começou tudo de novo, uma confusão. O agente falou alto afirmando que eu falava hebraico e que toda a história que contei era mentira.

A partir desse momento passaram a me retirar da sala todas as vezes que queriam conversar em hebraico ou usar o telefone para verificar alguma informação.

Procurando formas de amenizar a tensão, pedi para usar o banheiro. Não me deixaram ir sozinho, claro, me conduziram até o banheiro, tomei água da torneira, voltei para a sala de interrogatório.

Passou-se mais um tempo, me levaram de volta para o saguão e novamente revistaram minha bagagem. Era uma mala pequena, mas pegaram três cestos grandes para revirar item por item; reviraram a mala mais de uma vez. Depois retiraram minha roupa, examinaram meu corpo e mais uma vez pediram para que aguardasse.

Passou-se mais um período. Já não tinha mais controle mental do tempo. Chamaram-me novamente e percebi que não havia mais ninguém na aduana. Era eu e Deus para me proteger. A certa altura chegou um Jeep Hummer do exército israelense e determinaram que eu embarcasse. O que farão comigo? Imagina-se qualquer possibilidade.

Foi um trajeto rápido, pararam o carro em uma espécie de zona neutra e me entregaram para um carro jordaniano. Fiquei mais tranquilo, achando

que poderia falar tudo, mas claro que uma pessoa que sai às 9h da aduana jordaniana e volta às 21h na mesma aduana com o passaporte com um carimbo em vermelho RECUSADO com duas listras, não passaria sem pelo menos fazer uma visita às autoridades jordanianas também.

Por mais uma hora me retiveram para fazer perguntas, todas de rotina. Depois chamaram um táxi e disseram que me levasse até a porta da minha casa em Amán, mas o taxista não parou de fazer perguntas durante todo o trajeto. Desconfio que, na verdade, ele era um investigador jordaniano. Parei num mercadinho, comprei salgadinhos e chocolates. Terminamos a viagem na porta da casa onde estava minha mãe, conforme determinaram as autoridades aduaneiras da Jordânia.

E assim entendi tudo e começou minha luta a favor da causa Palestina e contra o domínio do Estado Sionista de Israel.

Continuava esperando o que fariam comigo naquele 14 de novembro de 2015 e as cenas do passado não saiam da minha cabeça. E não foi só comigo. Como todo Palestino, também tenho parentes que passaram pela mesma situação.

Em 2007 minha esposa, Sarah, na época com 18 anos, também passou por tudo isso e foi até pior. Ficou presa na aduana e até amostra de sangue recolheram dela (não se sabe até hoje qual o motivo). Sarah tentou entrar na Palestina para participar de um acampamento de jovens palestinos da diáspora de Nazaré.

Precisava fazer esta viagem para mostrar aos parlamentares brasileiros a realidade da Palestina e do seu povo. Mas se eu não fosse eles não aceitariam ir. Afinal, como um filho de palestinos não entra na Palestina? Difícil entender. Só entende quem passa por isso.

Então decidi arriscar minha vida dez anos depois, sabendo que o mais provável é que fosse retido e que poderia ser deportado ou preso.

Quando viram meu nome árabe, depois de liberarem os dois vereadores, retiveram meu passaporte, determinaram que aguardasse e minhas

memórias de dez anos atrás daquele lugar vieram como tábua de salvação: era uma maneira de ficar calmo. Já passei por isso uma vez, passarei novamente.

Fiquei alguns minutos esperando, em pé, assustado, mas tentando aparentar calma. Esses minutos em pé, sozinho, me fizeram forte, até que chegou uma pessoa que se identificou em árabe como agente do Mossad⁴ e que iria me fazer algumas perguntas: nome, idade, onde mora no Brasil, quem conheço na Palestina. Respondi e até esse momento nenhuma surpresa, já tinha vivido isso em 2005. O agente voltou para a sala dele e eu fui me sentar numa cadeira no saguão, quando vi o Bobato, que acenava para mim. Fiz um sinal claro, duro, com cara de bravo, para que saíssem dali, para que se retirassem do local. Fui firme e eles saíram, pelo menos não os vi mais.

Voltou o agente e desta vez com uma intérprete para o espanhol e me levaram para o saguão ao lado, muito escuro, que estava em reforma, abandonado, cadeiras viradas, teto com gesso quebrado.

Falei para o agente que gostaria de fumar um cigarro. Fiz isso inconscientemente, lembrando de 2005, quando pedi para fumar e o agente autorizou, mas desta vez veio um funcionário e brigou comigo em hebraico. O agente resolveu a briga falando: viu, fiz isso por você. Desta vez foi igual, o agente autorizou, acendi o cigarro e logo entrou um funcionário, da entrada do saguão, gritando “stop smoking” (não fume). Olhei para ele com expressão de pergunta: o que faço agora?

Ele pediu para terminar rápido, discuti com o funcionário e continuamos a conversa. Fizeram várias perguntas, até que em determinado momento ele me disse: temos o seu arquivo de 2005, por que você foi deportado? Respondi que não sabia. E realmente não sabia e falei para o agente, já que você tem meu arquivo, gostaria de

4. Palavra hebraica que significa “o instituto”, Mossad é o serviço secreto de Israel, criado em 1949. NE.

saber porque fui deportado em 2005. O agente respondeu que no meu arquivo estava escrito que eu quis retornar para a Jordânia.

Na época meu passaporte era jordaniano, desta vez era brasileiro, mas não alterou minhas informações nos arquivos do Mossad.

Pensei comigo, claro, se não tinham motivo, não colocariam e continuamos a conversa até que resolvi abrir o jogo. Conteí porque estava lá, mostrei o convite do governo palestino aos vereadores e também o comunicado ao governo brasileiro sobre a visita. Nesse momento o agente ficou irritado e perguntou se poderia ligar para os vereadores para que retornassem. Falei que não tinha contato deles, o que deixou os agentes muito furiosos. Voltaram para uma salinha, me retiraram do saguão abandonado e me devolveram para a frente dos guichês.

Durante todo o tempo do interrogatório, a intérprete de espanhol ficou na sala, lia os documentos que passava em português, o convite do governo palestino, o comunicado ao governo brasileiro e repetia as mesmas perguntas em espanhol que a agente fazia em árabe. Eu respondia para o agente em árabe e para a mulher em português.

Fiquei esperando por mais uma hora, contando quantos pisos e blocos de gesso tinham no local, até vir um funcionário da migração, aparentemente muito educado, que me levou para a sua sala. Fez várias perguntas novamente.

No entanto, o que ele queria saber era sobre meus tios e primos que moram na Palestina. Respondi o que sabia, onde meu pai nasceu, o nome da minha avó, do meu avô, dos meus tios, até que em um certo momento ele mostrou na tela do computador todos os meus parentes, até minha avó e meu avô falecidos, mas não conseguiu encontrar o nome do meu pai. Ficou uns 20 minutos tentando, sem sucesso. Olhou para mim e falou que da parte dele estava tudo certo. Pediu para que aguardasse no mesmo lugar, no saguão, fora da sala.

Quando voltei já não tinha mais ninguém no lugar, somente alguns

funcionários. Sentei e fiquei aguardando. Voltei a contar os blocos de gesso e piso, até o relógio marcar 14 horas e a mesma funcionária que me barrou no guichê, a loira que cumpria o papel de má, se aproximou e me entregou o passaporte. Não falou nada, só apontou para a porta com cara de derrotada.

Eu saí sem olhar para trás e comecei a chorar, sem saber o que fazer. Olhei para um lado, só deserto, olhei para o outro tinha um único ônibus, aparentemente me aguardando. Fui até lá e entrei. O motorista me cumprimentou “salam aleikum”. Perguntei, podemos ir embora daqui? Ele informou que aguardaria a ordem de fechar a aduana e iríamos. Aguardamos mais cinco minutos (que pareceu uma eternidade) até chegar um homem que deu o sinal de que poderíamos ir. Fui a última pessoa a entrar na Palestina, por King Hussein, naquele sábado.

JERICÓ



Trabalhadoras palestinas na indústria de processamento de tâmaras de Jericó

A mais antiga cidade habitada que se tem conhecimento. Com cerca de 11 mil anos, Jericó faz parte da história da humanidade: integra a história científica, religiosa e a história fantasiosa.

Imagina-se que uma cidade com 11 mil anos, que já pertenceu à Cleópatra, a Alexandre, o Grande, a Herodes, que já foi ocupada por assírios, babilônicos, macabeus, otomanos e outros povos, e que resistiu a tudo isso, seja hoje uma cidade de grande porte. No entanto, não é.

Jericó é uma pequena cidade palestina. De acordo com as informações de 2010, tem pouco mais de 20 mil habitantes. Localizada na Cisjordânia

ocupada, no vale do Jordão, a oito quilômetros do mar morto, é até hoje, desde os tempos de Herodes, estação de veraneio (no inverno Palestino) para a aristocracia de Jerusalém e agora da recém formada elite Palestina, de Ramallah e outros lugares.

Localizada a 258 metros abaixo do nível do mar Mediterrâneo, é uma região quente, que não é castigada pelo rigoroso inverno palestino. É também a maior produtora de água potável da região, assim como de diversidade agrícola incomum naquele território.

Um oásis, cercado e protegido por montanhas. A localização geográfica estratégica, no meio do caminho entre o Egito e a Jordânia, explica por que sempre foi tão cobiçada e como sobreviveu a tantos ataques, destruições e reconstruções. É um dos retratos da resistência palestina.

Além das descrições bíblicas (como qualquer visitante, não encontramos as muralhas descritas no velho testamento por Josué), Jericó tem um estudo arqueológico dos mais importantes da era moderna para tentar explicar a nossa origem como civilização e uma atração turística internacional, com objetivos religiosos ou científicos.

Apesar de estar numa área ocupada, sob ferrenho controle israelense, com todas as dificuldades para qualquer cidadão atravessar a fronteira e entrar na Palestina, Jericó, segundo dados da prefeitura local, recebeu mais de 700 mil turistas em 2015, o que movimenta sua economia, assim como a produção agrícola e o processamento de tâmaras.

Esta Jericó começamos a conhecer na nossa primeira noite na Palestina, quando o prefeito nos convidou para um café em um restaurante no Mont of Temptation (Monte das Tentações), onde, conforme conta a Bíblia, Cristo teria sido tentado pelo demônio no deserto da Judeia.

O monte de mais de 300 metros de altura, contorna Jericó a Noroeste e de lá se tem uma visão privilegiada de toda a região. Jalayta nos orientava. “Aquela rodovia bem iluminada”, disse mostrando um claro contorno de luzes, que desenhavam uma auto estrada, “naquela nós não podemos ir, é dos judeus”. Nos indicou o paredão que continuava acima de nossas

cabeças e denunciava alguns bunkers do exército israelense, instalados para vigiar toda a região e proteger aqueles outros pontos de luzes mais fortes; apontava para pequenas áreas mais iluminadas na região: “são colônias judaicas instaladas em nosso território”.

“E aqueles pontos luminosos, mais adiante, são casas de veraneio de judeus, que margeiam o mar morto”, continuou a relatar o prefeito, que tentou demonstrar, por meio dos símbolos iluminados e os bunkers na montanha, como a ocupação israelense se dá de maneira sórdida e contínua, aos olhos cegos e ouvidos silenciosos de boa parte do mundo político ocidental e além do devido incentivo do império estadunidense e seus aliados da Otan.

O governo israelense identifica judeus ou pessoas que se apresentam em Israel como judeus, oferece para eles terras na Cisjordânia (território Palestino), lhes dá garantia de segurança, água, moradia, energia elétrica



e insumos agrícolas. Com a força do exército mais caro do mundo, ocupa a área rural palestina, instala esses judeus oriundos de várias partes do planeta e vai gradualmente ocupando o território e impondo sua força, obrigando o povo palestino a viver recolhido em algumas cidades, com cada vez menos território e com uma política gradual de eliminação étnica.

O apartheid na Palestina se mostra de diversas formas, pudemos observar isso desde o primeiro minuto que pisamos no território controlado por Israel. Na fronteira criam todos os constrangimentos possíveis aos palestinos e a qualquer cidadão de qualquer nacionalidade que tenha origem palestina para entrar em seu próprio território. À tarde vimos as fazendas irrigadas dos judeus em contradição com a precariedade das plantações agrícolas palestinas de Jericó e à noite, as luzes que desnudam os mundos diferentes a que são separados palestinos de judeus.

Jericó tem muita história para contar, é uma cidade como tantas do

Pequenos pastores de Jericó





Mesquita onde está a tumba de Moisés, nos arredores de Jericó

interior brasileiro, com construções baixas, pacata, tranquila; não é um lugar somente para ser visitado, tem todas as características de um refúgio, um local excelente para se viver, se morar, já que tem clima ameno, é um verdadeiro oásis no meio do deserto, agricultável, com água potável, a alguns quilômetros do Mar Morto e no caminho para o Mar Mediterrâneo. Um paraíso, se não fosse um detalhe: a ocupação de Israel, o que veríamos com mais clareza no dia seguinte e nos demais que estivemos na Palestina.

“A água de Jericó é a maior e melhor de todo o Islã”, já disse um autor de nome Shahin, em 2005. E no uso da água da cidade pudemos ver



Hussein Daoud Treib Zaid, líder da comunidade beduína de Jericó

mais uma prova de como Israel implanta seu apartheid.

A cidade com o maior número de fontes de água potável da Palestina só pode usar uma fonte, a de Ein Es-Sultan, que produz mil galões de água pura por minuto e é usada, segundo os historiadores, há 10 mil anos. Garante o abastecimento da cidade, mas as outras fontes que poderiam ser exploradas e ampliarem a produção agrícola local estão sob controle israelense e são usadas por apenas algumas centenas de colonos judeus, que podem explorá-las para sua produção.

Em meio à ocupação, Jericó tenta se desenvolver e resolver um dos problemas crônicos da Palestina e do mundo em desenvolvimento: o saneamento. Com ajuda japonesa, que se concretizou em um investimento de mais de US\$ 35 milhões e tecnologia, a cidade construiu sua primeira estação de tratamento de esgoto e com isso já reaproveita boa parte da água usada na cidade para a agricultura - que garante renda e desenvolvimento para a cidade.

Referência no setor, Jericó sedia várias indústrias de processamento de tâmaras produzidas em seu território e exportadas para boa parte do mundo árabe. Entre elas a Nakheel Palestine, a qual visitamos e que, para os padrões daquela região, é uma gigante que gera mais de 200 empregos diretos.

Para se construir e se desenvolver Jericó busca a solidariedade internacional, com irmanações com cidades ao redor do mundo (no Brasil são coirmãs Campinas, desde 2003, e Foz do Iguaçu) e convênios com vários países e entidades (como o do governo japonês para a estação de tratamento de esgoto e com uma entidade italiana que mantém uma escola para alunos especiais). Atos que vão além da solidariedade com a causa palestina e concretamente impulsionam o desenvolvimento local.



Reverência à memória
do líder Yasser Arafat,
uma imagem comum
nos muros palestinos

و تستمر الثورة ..

حركة التحرير الوطني الفلسطيني "فتح"



11

الذكرى
السنوية
الحادية
عشر
لإستشهاد
القائد
المؤسس

ياسر عرفات

و تستمر الثورة ..

حركة التحرير الوطني الفلسطيني



ياسر عرفات

BEDUÍNOS



exceção dos habitantes de Gaza, que vivem na maior prisão a céu aberto do planeta, se é que é possível qualificar um grupo como a população mais impactada pela ocupação israelense na Palestina este é, sem dúvida, os beduínos. Eles estão no deserto, onde os soldados israelenses fazem suas manobras, treinamentos ou nas áreas agricultáveis e de pecuária, onde os sionistas instalam suas colônias ilegais.

Em uma comparação grosseira, os beduínos são os povos indígenas árabes, legitimamente autóctones de todo Oriente Médio. São os povos tradicionais dos desertos, em sua quase totalidade muçulmanos e vivem em comunidades e tribos espalhadas não só pela Palestina, mas por todos os desertos do mundo árabe. Existem aqueles que vivem do turismo e há muitos beduínos urbanizados, mas a maioria vive da criação de ovinos e pequenas produções agrícolas.

Como afirma o líder da comunidade beduína de Jericó, Hussein Daoud Treib Zaid “temos engenheiros, médicos, professores”. Na nossa estada na cidade conhecemos alguns descendentes deste povo ancestral. O nosso guia, Marwan Samarat e o vice-prefeito, Joudeh Iseed, são alguns deles.

Guiados por Marwan e Joudeh, conhecemos Nabi Musa ou a mesquita de Moisés, nos arredores de Jericó, em uma montanha no meio do deserto, dividindo espaço com os veículos do exército israelense.



Grafite homenageia poesia da resistência palestina:
 “A pátria não é um hotel onde estamos apenas de passagem”

Construída para marcar o local em que estaria o túmulo do profeta Moisés, a mesquita Nabi Musa também recebe cristãos de várias partes do planeta e durante as primeiras décadas do século passado, antes de 1948 e bem antes da ocupação israelense na Cisjordânia em 1967, era o principal destino da peregrinação muçulmana palestina e sediava o maior festival cultural muçulmano da região, que acontecia anualmente durante sete dias, nos quais se encontravam comunidades das mais diversas regiões do país para se confraternizarem e professar sua fé.

Desde 2015 a mesquita, restaurada, coordenada pelo sheik Mussa Jahaleen (que preside também uma cooperativa dedicada a organizar os beduínos da região de Jericó e do Vale do Jordão) serve de ponto de referência para os beduínos locais e voltou a ser um ponto

turístico religioso importante da Palestina, apesar das dificuldades de deslocamento, segurança e outros problemas oriundos da ocupação. Aos poucos a mesquita procura resgatar os festivais culturais muçulmanos do início do século passado.

Em Nabi Musa, além do turismo religioso, pode-se desfrutar da hospitalidade beduína e tomar café árabe ou chá, ao pôr do sol na montanha, numa tenda estilizada, após um passeio de camelo pelo pátio da mesquita. A conversa e o contato entre Porto, que além de vereador, professor e fotógrafo, é fundamentalmente indigenista, e o sheik Jahaleen, nos levou, na manhã do terceiro dia em Jericó, a uma comunidade beduína nos arredores da cidade. Fomos recepcionados na tenda de rezas e reuniões por Hussein Daoud Treib Zaid, o líder, e seu pai, que não quis se identificar desconfiado de nossa presença.

Uma das características dos beduínos é que, antes de receber o visitante, é preciso conhecê-lo, mesmo que este esteja acompanhado do guia religioso da comunidade. Mas, se aceitarem a visita, querem cumprir o ritual de matar um carneiro e preparar a refeição para a recepção. E esta foi a parte mais difícil da conversa: convencer o patriarca de que nós não tínhamos tempo para cumprir o ritual do carneiro. Já deveríamos estar em Ramallah.

O cenário da comunidade se configura com habitações feitas em lonas, pequenos cercados separando as criações de ovelhas e o território desértico, pedras e a vista do monte. A pouco mais de um quilômetro da comunidade se avista uma colônia de judeus, frondosa, arborizada, com energia elétrica e provavelmente com água e esgoto. “Não podemos ir longe com nossas ovelhas”, lamenta Zaid.

O líder nos levou até a sua criação de ovelhas e nos apresenta os filhos pequenos, criados com os pés no chão e traz no colo uma ovelhinha recém-nascida. A ovelhinha é mostrada com alegria radiante e demonstração de orgulho do que vai garantindo a sobrevivência da família.



Jantar em tenda
beduína, com
delegação italiana,
na montanha da
Mesquita de Moisés

CHECKPOINTS⁵

Deixamos Jericó no final do terceiro dia, rumo a Ramallah, onde seríamos recebidos por um comitê do Al Fatah e pela equipe da prefeitura de Beitunia. Guiados por Samarat fomos avisados que não iríamos pela rodovia principal que leva até as proximidades de Jerusalém, mas por uma estrada alternativa pelas montanhas. O motivo: o acirramento das tensões em Ramallah e outras localidades da Palestina, com novos episódios da terceira intifada⁶, o que colocou mais militares israelenses nos checkpoints principais, assim, o risco de ficarmos pela estrada era menor nas rodovias alternativas.

Iluminados pelo pôr do sol palestino seguimos pelas montanhas por um trajeto que não deveria durar mais do que 45 minutos e que descobriríamos, depois, duraria quase três horas, entre idas e vindas, paradas em checkpoints improvisados, desvios de rotas e caminhos mais alternativos ainda.

Em um cenário belíssimo, com a visão das montanhas palestinas e a

5. Ponto de checagem, em inglês.

6. Originalmente, a palavra árabe intifada designa revolta, mas aqui é utilizada como o movimento de insurgência contra a ocupação israelense, que teve origem nos levantes de 1987, quando a população saiu às ruas em protesto contra o atropelamento de quatro palestinos por um veículo militar israelense. Essa ação foi considerada a primeira intifada. A terceira intifada aconteceu em 2015. NE.



Muro da vergonha, construído por Israel para separar e dividir a Palestina. O grafite pede a liberdade de Marwan Barghouti, parlamentar palestino preso por Israel desde 2002

estrada de boa qualidade, a viagem seguiu tranquila pelos primeiros 20 minutos, quando avistamos um veículo militar israelense no final de uma curva longa, no alto da montanha.

Começava nossa primeira experiência com um checkpoint improvisado, o que pode ser ainda mais perigoso, nos avisara Samarat, precavido pelos anos de resistência. Ele é um dos milhares de palestinos na lista de pessoas monitoradas pelo regime sionista e proibido de ir a Jerusalém. Mas não é uma proibição qualquer, ele está proibido de pisar na cidade mais importante para os palestinos por 99 anos.

O temor de Samarat é que no isolamento das montanhas nada impediria os soldados de praticarem aberrações contra os palestinos, incluindo

eventuais acompanhantes, ou seja, nós. Ele alertou para nos mantermos tranquilos, não fotografar, não fazer movimentos bruscos e nos apresentarmos como turistas brasileiros hospedados em Jericó.

Enquanto os soldados averiguavam um veículo a nossa frente, analisamos o perfil. Três rapazes, que não deveriam ter 20 anos cada, fortemente armados. Mas a estrada é palestina e está na área que deveria ser totalmente controlada pelos palestinos. No entanto, é um dos retratos mais nítidos de como Israel mantém uma ocupação sórdida de todos os espaços do território palestino.

Chegou a nossa vez. Documentos, passaportes, perguntas. Um dos soldados trazia impresso no uniforme a frase em hebraico, equivalente a expressão inglesa *born to kill*⁷. Acima do porta-luvas da van havia a carteira de cigarros do Jihad. “Brazilian cigarettes?” Perguntou o soldado estendendo a mão. Jihad pegou o cigarro e entregou ao militar, que o inspecionou e solenemente colocou no bolso, com um murmurar tipo: posso? Não havia resposta.

Liberaram-nos. Acharmos que a carteira de cigarros acelerou o processo de nossa passagem e começamos a comprovar um conceito sobre os checkpoints. Eles possuem, eventualmente, o intuito de controlar o ir e vir, mas o principal motivo é atormentar a vida dos palestinos. Uma inspeção como aquela não tem nenhum objetivo prático, exceto a de demonstrar poder.

Nas proximidades de Ramallah tivemos outra experiência, que começou a ilustrar a sensação de ódio a que são acometidos os colonos judeus. No lado esquerdo da avenida, um portão dava acesso a uma colônia judaica com uma faixa de pedestre. Do lado direito, um israelense iniciava a travessia da avenida, paramos o veículo. Já havia dado dois passos, quando olhou para a esquerda e provavelmente identificou a placa do nosso veículo. Percebendo que se tratava de um

7. Nascido para matar, em inglês.

carro palestino, colocou a mão na cintura (segurando um revólver), parou no meio da travessia, observou-nos com expressão de ódio e seguiu em passos muito lentos, com a mão direita na cintura e nos olhando de soslaio. Uma necessidade quase infantil de provocar, de pedir para que avancemos sobre ele para que justificasse uma reação que o transformasse num eventual herói em sua colônia.

Mais alguns quilômetros, já no acesso a Ramallah, seis carros a nossa frente, novo checkpoint no horário de pico no trânsito, por volta das 18 horas, iniciado sem aviso prévio e que parou todo o tráfego nos dois sentidos da avenida. Dessa vez a revista era mais detalhada. Não mais que quatro soldados e um veículo militar fecharam o principal acesso a Ramallah vindo do oriente. Aguardamos alguns minutos e a fila não andou.

“Vou retornar”, disse Samarat. Tentei dizer: mas você não pode, eles nos perseguirão. Esperamos mais alguns minutos. Tudo parado e a fila nos dois sentidos aumentando. Atrás de nós um caminhão fez a manobra de retorno. Percebi que vários veículos estavam fazendo o mesmo. O nosso guia e motorista então não tinha mais dúvidas, retornou. Olhei para trás achando que soldados armados viriam até nós. Não era possível que alguém feche uma avenida e permita que os possíveis averiguados saiam em rota de fuga, simplesmente ignorando o checkpoint buscando outros acessos para escapar daquela emboscada.

Pois é. Isso mesmo, ninguém veio atrás de nós, assim como, ninguém foi atrás de nenhum dos veículos que tomou a mesma decisão que nosso motorista. Mais uma prova de que o principal motivo dos checkpoints é atormentar a vida dos palestinos.

Buscamos mais um caminho alternativo, mas Samarat não conhecia todos os acessos a Ramallah. Seguimos o fluxo de carros que fugiram do checkpoint, até ultrapassarmos um táxi palestino e nosso motorista pedir para que ele nos informasse se aquele caminho levava ao nosso destino. O taxista fez sinal para que o seguissemos, pois iria para a mesma direção.

"Esta rodovia leva à Área "A", sob controle da Autoridade Palestina. A entrada para cidadãos israelenses é proibida, perigosa para suas vidas e contra a lei israelense". Tradução da placa em rodovia palestina

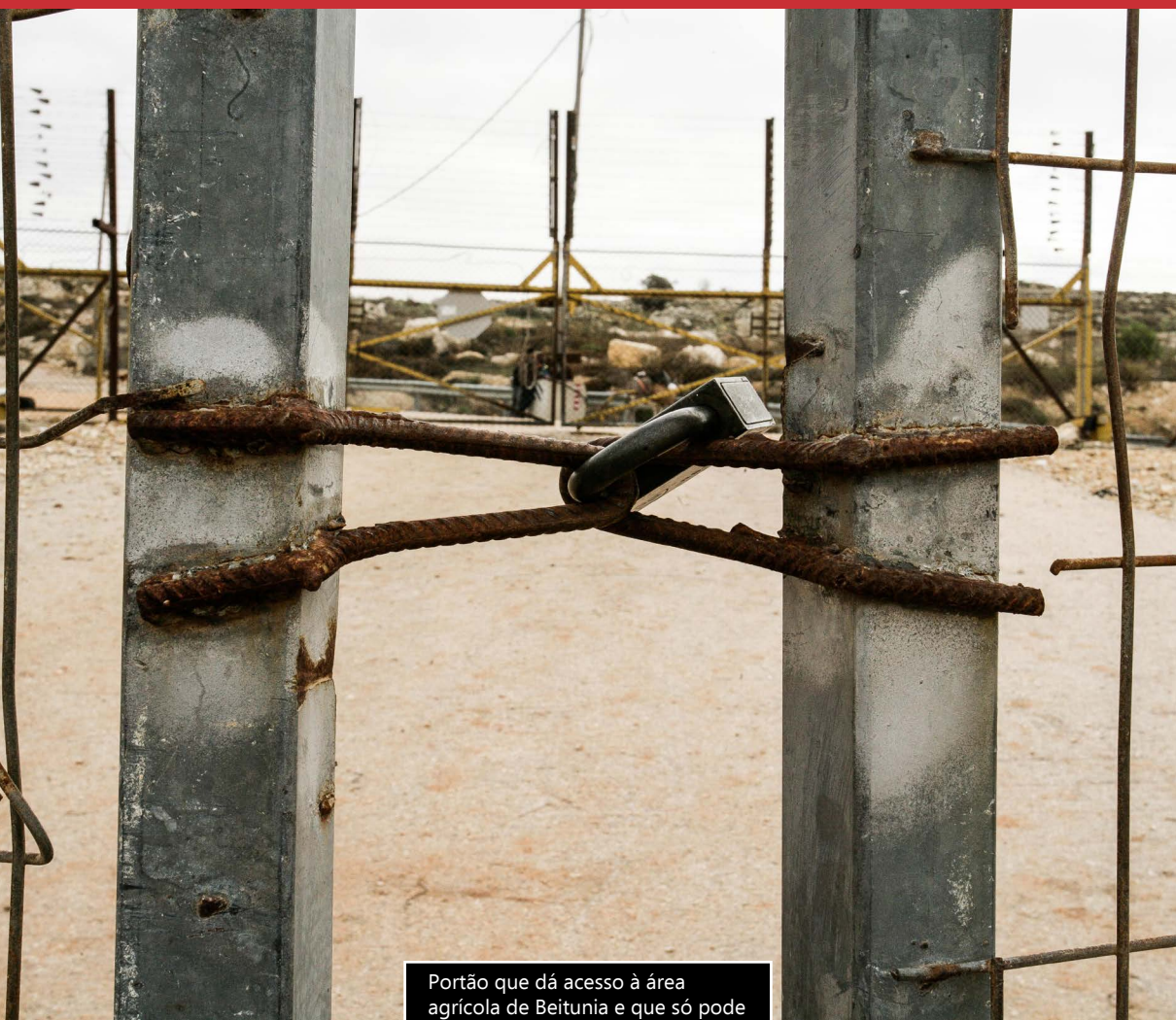


O perdemos no caminho, mas já estávamos novamente no acesso à capital política da Palestina, quando avistamos mais um checkpoint improvisado. Dessa vez, sem veículos militares, apenas soldados fazendo os carros reduzirem a velocidade e seguirem em frente. Foi assim também conosco. Chegamos. Recebemos a ordem de parar, para em seguida, receber a ordem de seguir adiante.

A frase que ouviríamos do prefeito de Beitunia, Ribhi Dola, no outro dia: “podemos ficar mil horas falando da vida na Palestina, mas nada que um minuto num checkpoint revele mais”. A tensão em cada checkpoint conta muito mais sobre a ocupação israelense do que qualquer narrativa que possamos fazer. O estado permanente de tensão, a injustificável presença dessas barreiras, o olhar de ódio dos soldados fortemente armados podendo reagir a qualquer movimento, de qualquer maneira, contam com exatidão as regras da ocupação: entre elas transformar a vida palestina num constante tormento de insegurança. No meio desse inferno os palestinos tentam seguir uma vida normal, sorridentes e hospitaleiros, tentam responder aos israelenses com uma vida digna, apesar deles. Comprovaríamos nos dias em que estivemos em terras palestinas, que mesmo não sendo donos de sua rotina, seus habitantes não a abandonam.

Após o último checkpoint descobrimos que os moradores de Ramallah constroem caminhos alternativos e improvisam estradas para fugirem do cerco israelense. Seguíamos pela avenida, mas ela dava acesso a uma colônia judaica onde havia ocorrido recentemente um conflito e estava bloqueada. Sem titubear, os palestinos haviam aberto uma rua de terra, que permitia seguir viagem até o centro de Ramallah.

Não sabíamos mais ao certo o caminho até o hotel quando avistamos uma viatura da polícia palestina estacionada numa esquina e paramos. Telefonamos para Gawad Abdelgilil, da Defesa Civil Palestina e um dos responsáveis pela nossa segurança em Ramallah, que pediu aos ocupantes da viatura para nos guiar até nosso destino, a cerca de 10 minutos dali.



Portão que dá acesso à área agrícola de Beitunia e que só pode ser aberto nos horários definidos pelo exército israelense

BEITUNIA

A recepção em Ramallah era de responsabilidade da prefeitura de Beitunia, cidade da região metropolitana da capital política palestina, que como qualquer cidade no mundo com essa característica, tem divisas que se entrelaçam, que constroem conglomerados urbanos que se misturam, assim como os serviços. Com pouco mais de 20 mil habitantes, Beitunia é um distrito industrial, com boa produção de azeite, sede de algumas indústrias de processamento de alimentos e da Coca-Cola palestina. Lá vive a maior colônia de brasileiros residentes na Palestina. Quase todos descendentes de palestinos, que nasceram no Brasil e voltaram para a terra de seus ancestrais.

A cidade do prefeito Ribhi Dola é mais um dos municípios palestinos que estão presos e cercados pela ocupação israelense. Está localizada no caminho entre Ramallah e Jerusalém (a apenas 14 quilômetros de distância), é mais importante cidade entre o checkpoint de Kalândia (principal ponto de fiscalização israelense antes de Jerusalém) e Ramallah.

A prisão de Ofer, uma das penitenciárias do regime sionista, em tese fica no território de Beitunia, mas, claro, na área proibida para seus habitantes. Em Ofer estão detidos alguns dos principais opositores da ocupação sionista, mas também onde, em novembro de 2015, estavam vários adolescentes detidos pelo exército de Israel e pelo menos um brasileiro.



Meninas palestinas
em apresentação de
dança em Beitunia

De um terreno num morro, na periferia de Beitunia, nos limites impostos por Israel, é possível avistar Ofer, e também o muro da vergonha que cerca Beitunia e o local de transbordo de cargas que vem de Jerusalém para abastecer Ramallah e a região metropolitana.

Desse mesmo ponto tivemos a primeira visão da cerca de arame farpado que circunda boa parte da área rural de Beitunia, separando a cidade de sua área agricultável, com mais de 80% do território ocupado por Israel. O mesmo local nos foi apresentado pela comitiva beituniana como um dos principais locais de protestos da juventude palestina contra soldados israelenses. O grande movimento de tropas no local e o terreno em declive, incentivam os jovens a protestarem e enfrentar os soldados lançando pedras.

Dali é possível avistar também os prédios de Jerusalém, para onde Dola aponta. “Veem aqueles edifícios? É Jerusalém. Podemos ver daqui, mas não podemos ir rezar na mais importante cidade para nossa religião. Não podemos visitar nossa capital.” Iríamos entender claramente tudo isso dois dias depois.

Não há data histórica para a fundação de Beitunia, mas registros apontam o período das primeiras cruzadas, no Século XI, quando os cristãos liderados por Godfrey ocuparam Jerusalém e a Vila de Beitunia teria sido doada como presente ao rei ocupante. Ainda há registros do período otomano, quatro séculos depois, comprovando, como boa parte dos conglomerados urbanos da Palestina, que a cidade tem uma história milenar.

A agricultura, o cultivo de oliveiras, que deveria ser sua principal atividade econômica tem o desenvolvimento atrapalhado pela ocupação, que beira o escárnio com a população.

Toda a área agrícola ocupada continua como propriedade dos palestinos, que, no entanto, são impedidos de construir, de desenvolver o território, que é todo cercado por arame farpado e com apenas alguns portões de acesso.



Outra marca da construção da identidade palestina: sua seleção de futebol

Para colher as oliveiras na área ocupada, os palestinos são obrigados a estar em um desses portões às 6 horas da manhã, de domingo a sexta-feira, no período da colheita (outubro a dezembro), com apenas um burro ou a pé (não é permitido o acesso com veículos). Entrando na área, alguns precisam caminhar até três quilômetros e no retorno fazem a mesma distância transportando nas costas ou no lombo dos burros a colheita do dia. E precisam estar no portão de acesso às 16 horas em ponto, se atrasarem vão dormir ao relento, correndo o risco de serem presos por estar em local não permitido.

A cena, que em uma obra de ficção seria tratada como algo surreal, improvável, observamos com a crueza da realidade imposta pelo regime sionista. Chegamos ao local por volta das 15h30 (não poderíamos estar ali às 16h, quando chegassem os soldados com as chaves dos portões). Já haviam vários agricultores palestinos do outro lado da cerca dupla, instalada num espaço de mais de 30 metros, o que não permitia que nos aproximássemos dos agricultores do outro lado. Do nosso lado apenas uma criança e sua bicicleta, à espera do pai.

A imagem que ficou foi a da sordidez da ocupação registrada naquela cena dos portões trancados com cadeados enormes, pessoas sentadas sobre sacos de oliveiras do outro lado da cerca dupla, sem qualquer proteção contra o sol, esperando o horário imposto pelo colonizador para sair de sua própria terra. A história não registra torturas desse tipo.



BRASILEIROS

Encontramos em Beitunia o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Palestina, a representação da colônia de brasileiros residentes, e formada, em sua quase totalidade, por descendentes de palestinos que nasceram no Brasil e resolveram residir na terra de seus ancestrais ou filhos de brasileiros nascidos na Palestina, mas com a cidadania tupiniquim. A maior concentração reside em Beitunia.

Segundo dados do Conselho, há pelo menos 5 mil brasileiros vivendo na Palestina, quatro se encontravam presos nas cadeias israelenses. Como a maioria dos quase 800 mil palestinos já presos por Israel, os brasileiros também são acusados dos mesmos crimes: terrorismo ou ataques a israelenses nos territórios ocupados. “São acusações retiradas à base de tortura psicológica”, conta Ruayada Rabah, brasileira integrante do Conselho.

Akram Affaneh, presidente do Conselho de Brasileiros, explica que todos foram julgados por um tribunal militar Israelense. Ou seja, o acusador é militar, o tribunal é militar, o juiz é militar. Talvez sejam os únicos brasileiros presos no mundo julgados por militares. “Nenhum advogado os defende. A embaixada brasileira não tem recursos para contratar advogado”, afirma Affaneh, e ressalta que, apesar de não ter instrumentos para a defesa dos brasileiros, a embaixada acompanha, faz visitas, o que garante que esses presos não desapareçam. “Mas continuam lá, sem roupas para o inverno, sofrendo”, argumenta.

Entre os brasileiros presos estava, em novembro de 2015, Mujahed Yousef, 23 anos, em sua terceira prisão e na última com o argumento estapafúrdio de que a justiça israelense comprovou a sua culpa através da impressão digital retirada de uma pedra atirada contra um colono sionista. A justiça militar de Israel não se preocupou em apresentar como conseguiu comprovar que a pedra com as impressões digitais foi a realmente atirada. A prisão de Yousef repete um roteiro comum entre os jovens palestinos. Foi preso pela primeira vez, por três meses, com 15 anos de idade, depois com 17 anos, por um ano e três meses e em junho de 2015. Ele ainda foi acusado de entrar em Israel sem autorização e de atirar pedras em soldados israelenses.

Outro brasileiro preso em novembro de 2015 era Islam Hamed, 32 anos. É um caso diferente e que ganhou repercussão internacional. Cumpriu prisão pela justiça palestina e em 2015 foi preso, sem nenhuma explicação, pelo exército israelense. “Não revelaram o motivo da acusação. Ele já tinha cumprido a pena palestina e não justifica a prisão atual”, argumentou o presidente do Conselho. A justiça palestina havia condenado Hamed a três anos de cadeia sob a acusação de que o brasileiro havia atirado com arma de fogo contra um soldado israelense. Ele foi libertado, em maio de 2015, após 100 dias de greve de fome, que repercutiu em todo o planeta. Até novembro de 2015, um mês depois de sua detenção, quando foi levado para a prisão de Maskobyia, em Jerusalém, não havia obtido permissão para a visita de familiares. Somente o cônsul Luiz Fernando de Carvalho, da embaixada brasileira, conseguiu visitá-lo.

Um adolescente de apenas 17 anos, Sultan Hijaz, era outro brasileiro detido por Israel. Acusado de jogar pedras e coquetéis molotov⁸ contra soldados sionistas. Assim como Yousef, Hijaz estava, em novembro de 2015, detido em Ofer, na Beitunia. Preso em outubro de 2015, Israel

8. Espécie de bomba caseira feita em garrafa de vidro com gasolina, pregos e outros produtos. Seu nome é em referência ao diplomata soviético Vyacheslav Mikhailovich Molotov.



Prefeito de Beitunia, Ribhi Dola, mostra aos membros da Missão de Solidariedade, os territórios de seu município ocupados por Israel

permitiu a presença da mãe na primeira audiência, cinco dias após a prisão, e na segunda audiência, 15 dias depois, com a presença da representação da embaixada brasileira, a mãe pode conversar com o filho preso.

O brasileiro preso há mais tempo pelos sionistas é Raed Abdel Aziz, de 22 anos, condenado a dois anos e três meses de detenção, além de uma multa de 2.600 shekels (pelo câmbio de novembro de 2015, eram valores equivalentes em real), mas está detido desde outubro de 2012 sob a acusação de ter entrado em contato com militantes do Hamas, na Jordânia, e por uma suposta pedra atirada contra um soldado israelense, segundo informações da mãe, datada de uma semana após sua prisão. Já tinha passado por quatro presídios israelenses e quando da visita da missão, cumpria pena em Ofer.

O embaixador brasileiro na Palestina, em 2015, era Paulo França, profundo conhecedor da questão palestina e muito integrado à vida local. Deixaria a Palestina meses depois, no rodízio natural do Itamaraty. Ele confirmou a tese da falta de recursos para manter o atendimento jurídico permanente aos brasileiros, mas salientou que a estrutura da Embaixada está presente na vida desses prisioneiros e por meio dos instrumentos disponíveis, acompanha cada um dos casos. “Mesmo que tivéssemos recursos para contratar um advogado, o resultado prático seria muito pequeno, pois o espaço para apresentação de defesa que a justiça israelense leva em conta é nula, já que esta justiça é militar e não segue as convenções internacionais do direito para estrangeiros”, salientou.

A Embaixada Brasileira funcionava em um prédio comercial no centro de Ramallah, em um andar alugado com algumas salas apertadas, mas já sonha e projeta uma sede própria, em um terreno doado pela Autoridade Palestina, próximo a outras representações internacionais na cidade sede do governo nacional. “O terreno é uma retribuição ao governo brasileiro que também doou um terreno para construir a sede própria da Embaixada Palestina no Brasil”, explicava Paulo França, em sua sala, onde mantinha na parede um quadro com um cartaz das Cataratas do Iguaçu.

Além da nova Embaixada, da libertação dos compatriotas presos, os brasileiros na Palestina querem projetos de ensino da língua portuguesa para os filhos dos brasileiros, para isso sonham conseguir material didático e professores. Reivindicam também eventos culturais brasileiros e a criação de um dia como o Brazilian Day na Palestina, em 7 de setembro.

RAMALLAH



Com Gawal Abdelglil e Mohamed Odeh,
na sede do Al Fatah, em Ramallah

Monte de Deus, como já diz o nome, Ramallah foi construída em uma montanha a mais de 800 metros acima do nível do mar. Um belo lugar, com um trânsito razoavelmente organizado, com edifícios de baixo porte, construídos em pedra, que dão um aspecto imponente à cidade, vigiando a Palestina do alto.

É a cidade que mais cresce e se desenvolve no país; por ser sede provisória do governo nacional recebe muitos investimentos para manter a estrutura federal e atrai investidores de outras regiões da Palestina e de palestinos espalhados pelo mundo, que constroem edifícios e empresas na cidade para garantir a presença no território e ajudar na manutenção da terra, da nação e na luta contra a ocupação.

Estrategicamente localizada próxima a Jerusalém, a capital palestina de direito, Ramallah, não é chamada de capital, pois nenhum palestino



Sede do governo do departamento de Jericó Al-Aghwar, no mesmo prédio que serviu de escritório para Yasser Arafat. "Ó montanha, o que te sacudirá o vento?", frase sob a foto do líder. Mais um símbolo da resistência

abre mão da luta por Jerusalém. Por isso é conhecida como cidade sede da Autoridade Nacional Palestina ou simplesmente a capital política provisória do país.

Todos os ministérios palestinos estão sediados em Ramallah, assim como as embaixadas internacionais (boa parte delas, como a brasileira, em salas comerciais alugadas ou como a uruguaia, num hotel da cidade – esta improvisação se explica principalmente pela implantação recente da maioria das representações diplomáticas), assim como a Muqata'a (complexo dos edifícios que abrigam a Autoridade Nacional Palestina, o escritório do presidente nacional e o mausoléu em memória a Yasser Arafat). Em Ramallah estão também construídos dois dos principais atrativos culturais nacionais palestinos: a praça e o museu em homenagem a Mahmoud Darwish, o poeta da resistência.

MEMÓRIA DE ARAFAT



"Para Jerusalém, voltaremos!". Painei em Ramallah homenageia Arafat e mantém viva a identidade palestina

 reverência à memória de Yasser Arafat é uma marca da cultura Palestina na Cisjordânia. Sua presença está em todos os lugares: nos muros, nas universidades, nos prédios públicos, nas casas, nas atividades culturais, nas escolas. Com tal reverência, ao mesmo tempo em que se homenageia o grande líder, mantém-se viva a história e a resistência à ocupação.

É muito comum encontrarmos na arquitetura urbana da Cisjordânia muros grafitados em homenagem a Arafat, cartazes colados em sequência, com o rosto de Arafat, assim como presenciamos manifestações públicas e culturais em sua memória e manifestações com crianças e artistas que ajudam a manter sólida a imagem do principal líder da resistência palestina.

Estivemos em três locais fundamentais que mantêm vivo o legado de Arafat. Primeiro, o mausoléu construído para guardar o seu túmulo na área da Muqata'a. O lugar pulsa e é visita obrigatória de todo ser humano que passa pela Palestina e tem algum senso de justiça. Fomos no primeiro dia em Ramallah e estivemos também na despedida da cidade.

Outro local importante e responsável pela manutenção e resgate da memória de Arafat é a Fundação Yasser Arafat, dirigida em 2015 pelo ex-embaixador palestino no Brasil, Ahmed Soboh. A instituição se dedica a resgatar a história do líder, com objetos e imagens que futuramente comporão um museu. Um dos trabalhos mais interessantes é um movimento para que as pessoas compartilhem com a Fundação fotos tiradas com Arafat, que podem ser encontradas e atualizadas diariamente na página da Fundação nas redes sociais <https://www.facebook.com/yafps/>.

Em Jericó, a sede do governo do departamento é na verdade um museu em memória a Arafat. O líder palestino possuía alguns escritórios itinerantes espalhados pela Cisjordânia, mas o principal e o mais usado foi o de Jericó. O governador Majed Al-Fityani nos apresentou o museu anexo ao seu gabinete e nos mostrou a mesa, as cadeiras que eram usadas por Arafat, a cama em que dormia e outros objetos pessoais.



SO WE DONT FORGET THE GREAT

11/11/2012

WITH LOYALTY

TO THE SOUL OF YASER ARAFAT

FIRST SPEECH SPOKEN

FOR HIS GREAT PALESTINIAN PUBLIC

BY THE MARTYR YASER ARAFAT

IT TOOK PLACE AT THIS VERY SPOT

ON PALESTINE GROND

AT JERICHO MUNICIPALITY

"Não esquecemos o grande dia 11 de novembro de 2012, com lealdade à alma de Yasser Arafat, que falou pela primeira vez à sua grande República Palestina, neste lugar, no Município de Jericó". Marco para relemburar este momento histórico

MAHMOUD DARWISH

“... Registra

Sou árabe

E você roubou as videiras dos meus avós

E a terra que eu arava,

Eu e todos meus filhos.

Deixaram para mim e para meus netos

Apenas estes rochedos

Seu governo vai tomá-los,

Como disseram?

Registra então

No cabeçalho da primeira folha:

Eu não odeio as pessoas

Não agrido ninguém

Mas se ficar com fome

A carne de meu usurpador, eu como

Cuidado!

Cuidado com minha fome!”

Esta é a estrofe que encerra o poema *Carteira de Identidade* e a seguir as estrofes que abrem o poema *Confissão de um Terrorista*.

“Ocuparam minha pátria

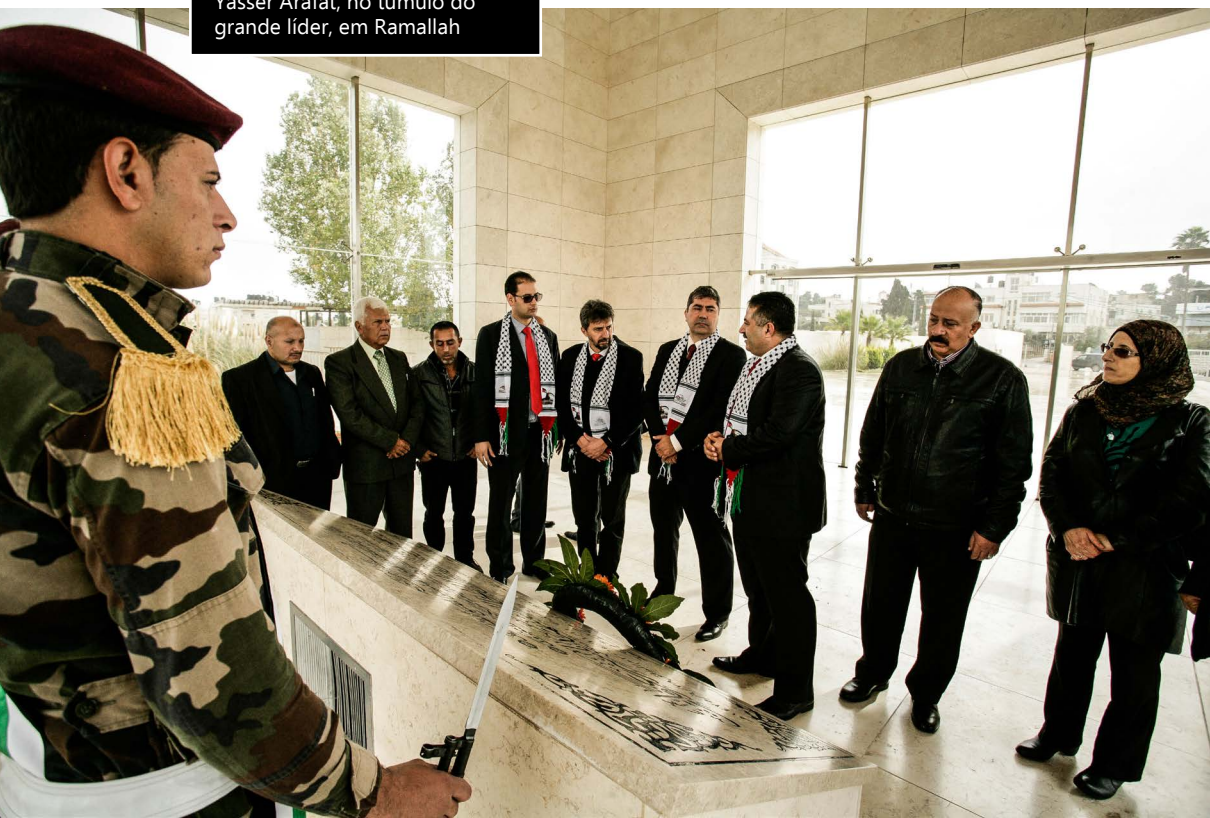
Expulsaram meu povo

Anularam minha identidade

*E me chamaram de terrorista
Confiscaram minha propriedade
Arrancaram meu pomar
Demoliram minha casa
E me chamaram de terrorista ...”*

Os dois poemas são parte da obra de Mahmoud Darwish, morto em agosto de 2008 e considerado o poeta nacional da Palestina que melhor narrou a resistência, a luta e a identidade do povo palestino. Os trechos das poesias apresentadas aqui serviriam para apresentá-lo ao mundo, mas a memória de Darwish vai além de sua arte.

Homenagem à memória de
Yasser Arafat, no túmulo do
grande líder, em Ramallah





Da Palestina para Mahmoud Darwish.
Mausoléu do poeta da causa palestina

É dele o texto da Declaração da Independência da Palestina, proclamada por Yasser Arafat no dia 15 de novembro de 1988.

Segue um trecho desse texto histórico, aprovado pelo Conselho Nacional Palestino.

“... O Estado da Palestina é o estado de palestinos onde quer que estejam. O Estado é para que apreciem nele a sua identidade coletiva nacional e cultural, a deles a exercer nele uma completa igualdade de direitos. Nele serão salvaguardadas as suas convicções políticas e religiosas e sua dignidade humana por meio de um sistema parlamentar de governo democrático, se baseia na liberdade de expressão e a liberdade de formar partidos. Os direitos das minorias vai ser devidamente respeitada pela

maioria, as minorias devem acatar as decisões da maioria. Governança será baseada em princípios de justiça social, igualdade e não discriminação em matéria de direitos do público de homens ou mulheres, por motivos de raça, religião, cor ou sexo, e a égide de uma Constituição que garante o Estado de direito e um sistema judiciário independente. Assim, esses princípios devem permitir nenhuma partida desde a idade da Palestina e espirituais antigas e patrimônio civilizacional da tolerância e da convivência religiosa.

O Estado da Palestina é um estado árabe, uma parte integrante e indivisível da nação árabe, em uma nação com que no patrimônio e da civilização, com ele também na sua aspiração pela libertação, progresso, da democracia e da unidade. O Estado da Palestina afirma a sua obrigação de respeitar a Carta da Liga dos Estados Árabes, onde a coordenação dos estados árabes com os outros deve ser reforçado. O Conselho apela aos compatriotas árabes para consolidar e melhorar a realidade do estado, para mobilizar o potencial, e intensificar os esforços, cujo objetivo é acabar com a ocupação israelense.

O Estado da Palestina, proclama o seu compromisso com os princípios e propósitos das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela proclama o seu compromisso, bem como os princípios e políticas do Movimento Não-Alinhado.

Além disso, anuncia-se a ser um Estado de paz, de amor, na adesão aos princípios da coexistência pacífica. Ele irá se juntar com todos os estados e povos, a fim de garantir uma paz duradoura baseada na justiça e no respeito dos direitos de modo que o potencial da humanidade para o bem-estar possa ser assegurada, uma concorrência séria para a excelência possa ser mantida, e em que a confiança no futuro eliminará o medo para aqueles que são justos e para quem a justiça é o único recurso.”

Para garantir a lembrança dessa memória, o governo palestino construiu uma das mais belas homenagens a um artista das palavras que se tem



A escadaria da praça (em Ramallah) que dá acesso ao museu que homenageia Mahmoud Darwish

notícia no mundo. Em um dos pontos mais altos de Ramallah, com uma visão privilegiada sobre toda a cidade e uma enorme bandeira tremulando, foi construída uma bela praça, com escadarias, muito verde e bananeiras, que acessa o Museu Mahmoud Darwish onde está preservada sua obra, sua memória e seu túmulo.

“Da Palestina para Darwish”, diz a inscrição que identifica o túmulo do poeta e dá acesso a entrada do museu.

EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE DE BIRZEIT

Entre os vários orgulhos que os palestinos fazem questão de expor estão os seus números da educação. Em um território ocupado, sob constante ameaça do exército israelense, com pouquíssima autonomia administrativa, com dificuldades financeiras inerentes à ocupação, com a perda de muitos jovens para a luta da resistência, o país ostenta índices de mundo desenvolvido na educação.

De acordo com estimativas de 2012, 95% da população era alfabetizada



Universidade de BirZeit, um dos símbolos da resistência palestina com educação e formação acadêmica

e 47% de seus habitantes em idade escolar se matriculavam em curso superior. Várias autoridades consultadas sobre o tema garantem que esses números avançaram. É consensual entre estas autoridades que 60% da população jovem estava matriculada em curso superior em 2015 e que o índice de alfabetização já chegava aos 98%.

Tais números espelham a grande quantidade de universidades nos territórios ocupados. Há pelo menos 20 universidades e institutos de cursos superiores espalhados pelas principais cidades palestinas. Existem algumas universidades públicas, como a Nacional Al-Najah, de Nablus, mas a maioria segue o modelo misto, são iniciativas públicas, com parcerias privadas e percentuais filantrópicos (concessão de bolsas para alunos de baixa renda), como a Universidade de BirZeit, nos arredores de Ramallah.

A Universidade de BirZeit é um monumento que impressiona pelo seu porte, um belo conjunto de 24 edifícios que abrigavam em 2015 mais de 11 mil estudantes, 48 cursos de graduação, espalhados por oito faculdades, mais 27 cursos de pós-graduação, auditórios, um museu, uma biblioteca, sala de exposição, laboratórios, um estúdio de rádio e televisão e uma fábrica de medicamentos do curso de farmácia.

BirZeit é uma universidade que propaga a diversidade política e aceita a diversidade religiosa, mas não abre mão de homenagear os seus mártires da resistência palestina. Há fotos desses mártires expostas pelo campus e uma praça com placa com os nomes de todos os estudantes de BirZeit que tombaram lutando. Assim como há cartazes de Arafat colados pelas paredes da universidade.

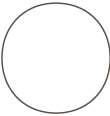
No período que estivemos em BirZeit, em novembro, havia um intenso movimento estudantil, com bandeiras tremulando, faixas e cartazes espalhadas pela universidade. Era período eleitoral do DCE, 80 dos 11 mil estudantes estavam presos nas cadeias israelenses, em novembro de 2015 e não puderam participar das eleições estudantis.

A Universidade que foi fechada 16 vezes por Israel em seus 91 anos de história, resiste, cresce e participa da construção do futuro da Palestina.



Monumento em
 homenagem aos jovens
 mártires palestinos da
 Universidade de BirZeit

BURIN E A MARCA DA TENSÃO

 acesso de Ramallah a Burin passa pela chamada Área C, de controle do exército de Israel. As cidades palestinas ficam cercadas por soldados que fecham seus acessos, implantam checkpoints nas entradas e obrigam os palestinos a aumentarem seus trajetos para acessarem passagens alternativas para suas cidades e vilarejos. É possível e comum avistar da rodovia que liga Ramallah a Nablus, passando por Burin, veículos militares israelenses transitando dentro dessas pequenas cidades.

No trajeto recebemos a notícia de que nosso destino estaria em estado de tensão. Ouvimos pelo rádio que uma menina palestina, de 14 anos, havia sido presa próxima a uma colônia de judeus na Burin ocupada. No dia anterior, 18 de novembro, 29 pessoas tinham sido presas somente na região de Nablus, onde está localizada Burin. Enquanto ouvíamos tais notícias passamos por um veículo, que nosso guia Gawad Abdelglil identificou como “trator de guerra”, transportando um tanque militar na sua carroceria.

Na rua de acesso a Burin, deixando a rodovia principal, percebemos uma pequena mobilização infantil, com crianças carregando mochilas escolares (era quase meio-dia), quando avistaram o veículo que estávamos, esconderam-se atrás de arbustos e rochas, e se municiaram com pedras coletadas no chão. Rapidamente Abdelglil parou o veículo e chamou uma das crianças, identificando-se.



Adolescentes no marco em homenagem aos mártires palestinos de Burin.

A partir daí foi uma festa, que rendeu uma das melhores fotos de Paulo Porto na viagem, com as crianças fazendo malabarismos de todas as espécies para nos agradar e chamar a atenção. Em meio à guerra, tensão e à sombra da ocupação sionista, as crianças lutam como adultos, mas seguem sendo crianças.

Burin é um agradável vilarejo palestino com pouco mais de três mil habitantes, de história milenar, com a maioria das casas construída nas encostas da montanha, o que lhe garante a localização privilegiada, mas cercada pela ocupação israelense. Burin, cidade natal do embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Alzeben, é também conhecida por seus cantores, entre eles Shadi Borini, um dos mais populares da Palestina, com vídeos que atingem 6 milhões de acessos na Internet, ou os trovadores Akram e Moayyd Borini, e Tabet Juma, músicos que estiveram em Foz do Iguaçu em 2014 e participaram de nossa recepção em Burin.

A recepção na cidade dos cantores palestinos foi preparada na casa de Adnan Alzeben, primo do embaixador palestino no Brasil, que nos serviu de almoço um delicioso musakhan, comida típica palestina, feita de frango assado cozido com cebola, castanhas e muito azeite. Do pátio da casa, construída na montanha, podíamos ver, no horizonte, a colônia judaica onde a menina de 14 anos fora presa naquela manhã e nos arredores da casa, na encosta, alguns metros acima, a cerca instalada pelo exército israelense.

Estava no programa uma visita a Nablus, mas na saída de Burin descobrimos que o acesso a cidade histórica e principal município daquela região estava fechado pelo exército ocupante, que tentava prender mais alguns palestinos. Como a distância entre Burin e Nablus era de oito quilômetros e a fila ultrapassava os limites do local onde estávamos, concluímos que não chegaríamos a Nablus naquele dia. Mas nem todos tem a opção de voltar, como nós tínhamos. Akram Borini, um dos músicos que iria conosco, seguiu mesmo assim, por estradas vicinais nas montanhas, pois sua esposa o aguardava em Nablus.

ENCONTRO COM MAHMOUD ABBAS



Audiência com o presidente da Palestina, Mahmoud Abbas

Desde nossa chegada em Ramallah, o articulador da nossa missão, Jihad Abu Ali, trabalhava para que fôssemos recebidos pelo presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, o que dependeria de uma intrincada combinação de agenda do presidente. Seria uma honra e desde a primeira hora na capital política do país ficamos à espera, pois se houvesse espaço na agenda, seria confirmado sem aviso prévio. Amanhecemos a quinta-feira, terceiro dia em Ramallah, dia 19 de novembro, com a notícia de que seríamos recebidos pelo presidente. Não tinha horário certo, mas seria naquela manhã.

Fomos então à sede do Partido Al Fatah, que fica próxima a Muqata'a, e, acompanhados pelo presidente do Comitê para América Latina, Mohamed Odeh, e por Gawad Abdelgilil, fomos recebidos pelo deputado palestino, Nabeel Shaath, membro do comitê central do Al Fatah e



Loja de molduras e fotografia de Ramallah, preparando o presente oficial para o presidente Mahmoud Abbas

comissário das relações internacionais do Partido.

Shaath fez questão de agradecer a amizade brasileira, de reconhecer a importância de Lula e Dilma para o reconhecimento internacional da Palestina como nação. No meio da reunião com Shaath recebemos a informação que teríamos que nos dirigir a Muqata'a, pois o presidente nos receberia em instantes. Nos despedimos e se juntou a nós o prefeito de Beitunia, Ribhi Dola, que assim como Abdelglil e Odeh, nos acompanharia na visita a Mahmoud Abbas.

Preparamos alguns presentes para o presidente. Um quadro com a imagem das Cataratas do Iguaçu, com quase um metro (o que deu um certo trabalho para fazer a moldura, mas com a ajuda da prefeitura de Beitunia, tornou-se possível) e um livro sobre Foz do Iguaçu e seus atrativos. A entrada do quadro no edifício da sede do governo palestino, como seria em qualquer sede de governo do mundo, passou por um procedimento de segurança

especial e por uma análise prévia da assessoria do gabinete presidencial, que nos autorizou a entregar o presente.

Após a entrevista com a assessoria de Abbas, fomos encaminhados ao salão onde o líder palestino recebe autoridades de todo o planeta. Um amplo salão, mas assim como todo o edifício, sem exagero de luxo ou suntuosidade aparentes.

Esperamos alguns minutos quando adentrou um sorridente e receptivo Mahmoud Abbas. Sabíamos que seria um encontro rápido. Imaginávamos que seria apenas um cumprimento, com a entrega dos presentes, uma foto e iríamos embora, mas não foi assim. Após cumprimentar a cada um da nossa comitiva, o presidente quis saber de nós, falou também da amizade brasileira e agradeceu a Lula e Dilma por tudo o que o país fez pelo reconhecimento da Palestina.

Falamos rapidamente da nossa missão, explicamos a proposta de ampliar a relação entre os municípios brasileiros e os palestinos e pedimos a atenção dele para as cidades que nos trouxe à Palestina: Jericó e Beitunia. Ainda tivemos tempo de falar de Foz do Iguaçu e de Cascavel, além de convidá-lo para conhecer nossos atrativos, especialmente as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu.

Num gesto de simpatia, pegou cada um de nós pela mão, para o registro fotográfico individual, que ele conduziu e brincou com as cenas, permitiu que Paulo Porto colocasse as mãos nos seus ombros, o que não é orientado pela sua segurança e aceitou fazer a foto coletiva.

Missão cumprida. Nos despedimos e nos preparamos para a continuidade daquele dia que seria histórico. Após o encontro com Abbas ainda nos encontramos com a ministra do Turismo, Rula Albandak, cumprindo o compromisso de entregar a ela um quadro comemorativo de sua visita a Foz do Iguaçu, meses antes, e um lenço especialmente feito pelo Projeto Ñandeva, programa de incentivo ao artesanato da região de fronteira mantido em parceria com a Itaipu Binacional.

JERUSALÉM



Jovens palestinos ocupam as
escadarias da praça em frente ao
Mercado de Jerusalém: garantir o
espaço de sua identidade

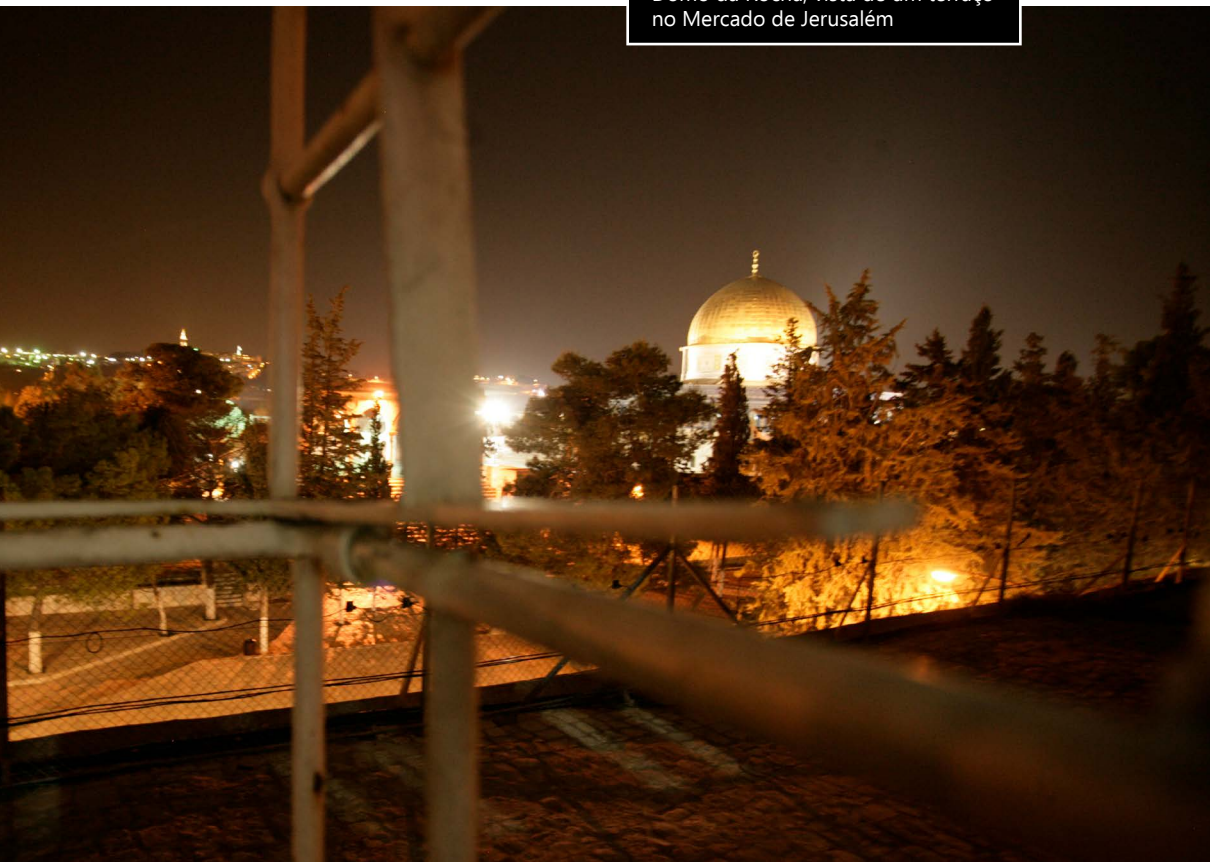


A visita a Jerusalém é obrigatória em qualquer viagem à Palestina e não seria diferente com nossa missão. Teríamos que concretizá-la, além do aspecto histórico, de homenagear a luta palestina em defesa do direito à sua capital, possibilitar que Jihad rezasse na Mesquita de Al-Aqsa ou Mesquita da Rocha, o terceiro lugar mais sagrado para o Islã no planeta.

Mas estávamos no país sob responsabilidade da estrutura oficial do governo palestino e das prefeituras de Jericó e Beitunia, e ninguém admitia a hipótese de colocar em risco nossa segurança ou permitir que fôssemos detidos por qualquer patrulha israelense.

Todas as autoridades que nos acompanhavam estavam impedidas de ir a Jerusalém e os veículos oficiais em que trafegávamos tampouco poderiam ir além das chamadas áreas A. Os acessos a Jerusalém são os mais vigiados da Palestina ocupada.

Domo da Rocha, vista de um terraço no Mercado de Jerusalém





Mercado de
Jerusalém, do
lado árabe,
com a presença
provocadora
e ostensiva de
Israel

Finalmente, na tarde da quinta-feira, após a visita ao presidente, conseguiríamos organizar a viagem. Um militante do Al Fatah, Marwan Bashiti, que trabalha em Jerusalém, nos esperaria próximo ao mercado antigo e seria nosso guia na capital de todos os palestinos. Para nos deslocar de Ramallah a Jerusalém usaríamos um táxi vindo de Jerusalém, dirigido por um palestino.

Nos despedimos da Muqata'a com a foto obrigatória na escadaria onde Yasser Arafat recebeu alguns dos principais líderes mundiais. Fomos para o hotel, tomamos um banho, nos despedimos de ternos e providenciamos trajes de turistas, já que em Jerusalém seríamos turistas comuns.

Aguardamos o táxi vindo de Jerusalém, mas depois de 20 minutos de atraso recebemos a notícia de que o veículo ficou retido, por algum

motivo, no checkpoint de Kalândia. Fato, segundo nossos interlocutores, “normal”. Providenciariam outro veículo, da mesma empresa, que realmente chegou menos de 30 minutos depois.

O motorista perguntou se não teríamos problemas em compartilhar a viagem com um dos gerentes de sua empresa, que estava nas proximidades de Kalândia e seguiria conosco até Jerusalém. Claro que concordamos.

Ainda em Ramallah, o taxista nos avisou que o ambiente nas rodovias estava tenso e que iríamos por caminhos alternativos até a entrada de Kalândia. Imaginamos que seriam rodovias alternativas, mas o taxista nos apresentou a periferia de Ramallah, com estradas de chão empoeiradas, passando na entrada de aterros de restos de pedreiras e depósitos de lixos, até encontrarmos o companheiro de trabalho dele.

Por essas vielas escapamos do checkpoint de Kalândia, o mais vigiado da Palestina, passando pela cidade de Al-Ram, entrando direto em Jerusalém Oriental. Com isso, mais uma vez concluímos que os postos de controle impostos por Israel, tem como principal intuito atormentar a vida dos

Esquina de Jerusalém mostra em placas de cores diferentes, destino palestino e israelense





palestinos. Claro que corremos o risco de ser interceptados por uma patrulha israelense e se assim fosse teríamos problemas muito sérios.

A algumas centenas de metros do checkpoint tem o acesso principal a Jerusalém através do muro da vergonha, por onde entramos nas avenidas largas que levam à capital; deixamos nosso passageiro em uma rua próxima ao centro antigo de Jerusalém Oriental, na região árabe, nos despedimos do taxista, agradecemos e caminhamos por uma quadra até encontrar nosso guia, que não conhecíamos, mas nos aguardava em uma esquina. Após as apresentações e cumprimentos fomos até o portão do mercado antigo.

As escadarias do portão conhecidas mundialmente por serem o local predileto da juventude palestina de Jerusalém para protestos, manifestações e ataques a colonos e soldados israelenses, estavam ocupadas por jovens palestinos que tomavam chá, café ou fumavam narguilé. Segundo nosso guia é uma maneira de manter o local ocupado



Um dos corredores
do mercado
histórico de
Jerusalém

pelos palestinos. Conforme Bashiti, a cena se repete todos os dias.

Mas o portão também é bastante vigiado. Havia no local pelo menos seis policiais israelenses, divididos em três duplas dispersas entre os jovens. Uma delas estava na passagem de pedestres que dava acesso à escadaria, outra no portão do mercado e a terceira observava os jovens de um local mais alto.

Na entrada do portão do mercado notamos a primeira cena assustadora. Dois jovens judeus passaram por nós portando uma submetralhadora cada, com coletes à prova de balas.

Como nunca tinha visto uma imagem daquela, digna de filme de ficção, olhei para os israelenses: um negro e um branco, mas que não aparentavam ter mais de 20 anos. Notaram que eu olhei, pois eles caminhavam observando tudo em volta: pareciam militares em operação, mas não eram. Segundo nosso guia tratavam-se somente de jovens colonos judeus, importados por Israel de algum canto do mundo e com autorização da polícia sionista para andar armados. Nos aconselhou a não encarar, não olhar, mas já tinha olhado e cruzado olhares.

Uma rápida mirada para trás, percebi que eles voltavam. Entendi que poderiam provocar. E provocaram, passando entre nós como se não houvesse nenhum outro local, esbarrando em mim. Fiz de conta que não notei, assim como os demais, e eles seguiram.

Alguns minutos depois os encontraríamos novamente na frente de uma casa, com bandeiras de Israel hasteadas. De acordo com Bashiti, o nosso guia, as bandeiras estavam lá, assim como os colonos, para provocar os palestinos já que aquela era uma região árabe. E novamente os dois jovens armados, agora acompanhados de um terceiro, fizeram questão de cruzar conosco. Desta vez nenhum de nós olhou.

Na rápida caminhada que fizemos pelos corredores do mercado antigo ouvimos várias histórias, como a da senhora de Gaza que está há 19 anos sem ver a filha ou a de Abud, um trabalhador do comércio local, de apenas 24 anos, mas que já foi preso 80 vezes e a própria família Bashiti,



Doceria no Mercado de Jerusalém

Padaria do Mercado de Jerusalém.
Um dos fornos mais antigos do mundo, com mais de 1.300 anos de funcionamento



cuja casa está localizada no final do corredor do mercado, ao lado da Mesquita de Al-Aqsa e uma semana antes de nossa visita teve as portas arrombadas pelo exército israelense. A porta continuava lá, caída, do jeito que os soldados a deixaram.

Eu e Porto ficamos na casa dos Bashiti enquanto Jihad, sozinho, entrou na área da Mesquita da Rocha para o momento que considerou o mais emocionante de sua vida. Os policiais israelenses que vigiavam o acesso impediam a entrada de turistas ou judeus. Somente muçulmanos poderiam entrar. A medida foi tomada após um ataque no local, efetuado por um judeu ortodoxo a muçulmanos no mês anterior. Permitiram apenas que eu e Porto olhássemos a praça do portão de entrada, quando fomos recepcionar um emocionado Jihad em seu retorno.

Para voltar a Ramallah decidimos ir de ônibus com a família Bashiti, que iam até Kalândia onde reside Marwan, que é impedido de trazer a esposa para Jerusalém, onde vivem seus pais e trabalha.

Chegamos até o terminal de ônibus de Jerusalém à noite e nos informaram que aqueles eram veículos exclusivos para palestinos. Não haveria israelenses ali. Assim como já tínhamos sido apresentados a pontos de ônibus e metrô de superfície exclusivos para israelenses. Mais uma comprovação do apartheid instalado por Israel.

A viagem começou com uma cena absurda. Um policial israelense, numa moto, determinou que o nosso motorista parasse em um cruzamento e, como batedor, se instalou na frente do ônibus e chamou um veículo israelense, que como determinava a sinalização de trânsito, aguardava o ônibus contornar a esquina, para seguir seu rumo.

Nem o motorista do carro israelense entendeu o excesso de eficiência do policial para acelerar seu dia e hesitou alguns segundos antes de seguir em frente. O veículo passou e o policial, sem olhar para trás, considerou cumprida a tarefa de infernizar a vida de alguns palestinos, por alguns segundos, e liberou o ônibus.

Passamos pelo checkpoint de Kalândia, o maior e mais vigiado dos

postos de controle instalados nos territórios ocupados, sem que nos importunassem, mas vimos vários veículos parados, com bagagens jogadas no chão. Palestinos em pé, sentados nos cantos, esperando até que algum soldado revirasse sua vida. Todos eles no sentido para Jerusalém. A vigilância sionista não parecia muito interessada em quem saía da cidade.

Decidimos aceitar o convite de Marwan para visitar seu apartamento em Kalândia e descemos numa parada improvisada às margens da avenida que liga Ramallah a Jerusalém. A história da família Bashiti merece um registro à parte.



OS BASHITI

Histórias de vidas modificadas pela ocupação israelense é o que tem de mais comum no país. Basta encontrar um palestino e ele terá uma para contar, sua própria ou de algum parente, ou simplesmente do dia a dia atropelado pelas forças israelenses.

A família Bashiti que conhecemos na visita a Jerusalém representa o quanto é comum encontrarmos histórias de vidas interrompidas pela ocupação e dificultadas pela opressão diária.

Marwan Bashiti, o nosso guia, trabalhava em Jerusalém numa instituição de apoio a mulheres, seus pais e seus irmãos moram em Jerusalém, mas sua esposa Shireen, professora de história em Kalândia, não pode residir na cidade do marido. A restrição se deve a uma prisão na adolescência. Detida aos 14 anos, por nove meses, acusada de jogar uma pedra num soldado, mais de 24 anos depois continua proibida de residir em Jerusalém.

“Ela não podia visitar Jerusalém. Depois de muita luta conseguimos mudar isso. Mas não pode residir”, diz Marwan, enquanto andamos por uma estrada de chão, sem iluminação, a caminho do prédio em construção em Kalândia, ao lado do muro da vergonha, onde ele, ela e o filho Issam, organizam um apartamento.



Ponto de fiscalização israelense de mercadorias que entram para a Palestina, ocupando o território de Beitunia

Estávamos na divisa do muro. Da sacada do apartamento (um dos poucos habitados no edifício), no oitavo andar, podíamos ver o muro e o absurdo que ele representa. Margeamos o muro em boa parte da viagem para Jerusalém, mas em Kalândia ele exemplifica, como em poucos lugares, o apartheid implantado por Israel.

O pai de Marwan, Issam, é um professor de árabe aposentado, que continua com a casa em Jerusalém, nos corredores do mercado antigo, pela necessidade de manter o local ocupado por árabes. “Já nos fizeram várias ofertas, para nós e para os vizinhos sairmos daqui. Poderíamos



A família Bashiti, de Kalândia e Jerusalém

morar em lugares mais confortáveis”, fala Marwan, mostrando a construção de pedra, milenar, de apenas dois quartos, que abriga a família toda. O acesso é por corredores, sem iluminação. “Mas se sairmos, eles ocupam tudo”.

É preciso resistir, sempre, de todas as formas. Ouvimos muito esta frase na Palestina, mas naquele ambiente, com aquela família, a frase tinha um tom de realismo muito mais forte.

Subimos na laje superior ao apartamento de Jerusalém, de onde podíamos ver a cúpula da Mesquita da Rocha e também a iluminação da cidade ocidental. Marwan nos mostrou as luzes de uma sinagoga e afirmou que o terreno onde ela está construída era de seus avós até a ocupação. E não só, como todas as outras construções que nossa vista alcançava, eram dos palestinos até 1948. “Tomaram a nossa terra, construíram sobre nossas propriedades”, lamenta.

O casamento entre Marwan e Shireen, como muitos na Palestina ocupada, driblam os cartões azuis e verdes (Marwan tem o cartão azul, de família

originária da cidade, que o permite viver em Jerusalém, já Shireen, que deveria herdar o direito de residência do marido, continua impedida por conta da prisão ocorrida na adolescência, há mais de duas décadas). “Mas a maioria dos que se casa com residentes em Jerusalém, não tem nem o



Nilton Bobato fazendo anotações da viagem, no apartamento da família Bashiti, em Kalândia

direito à visita”, relata Shireen.

Ela conta que tudo indicava que seria condenada em 1991 a mais de 15 anos de prisão e que foi salva pela Guerra do Golfo, ficando somente nove meses. “Já estava há meses detida, aguardando julgamento e meu advogado dizia que nada podia ser feito, que somente deveria rezar. Mesmo sendo uma adolescente, em todos os casos idênticos, os juízes militares judeus condenavam a mais de 15 anos de detenção”, conta.

No momento do seu julgamento, no entanto, tocaram sirenes de alerta em Jerusalém, para supostamente avisar da invasão do exército de Saddam Hussein ao Kuwait e que os israelenses deveriam se manter em alerta, mas o juiz não entendeu a extensão do alerta, avaliou que seria necessário buscar proteção e determinou que o julgamento fosse encerrado, condenando Shireen a cumprir os nove meses de prisão, para que eles, os israelenses, pudessem sair daquele local rapidamente e se proteger.



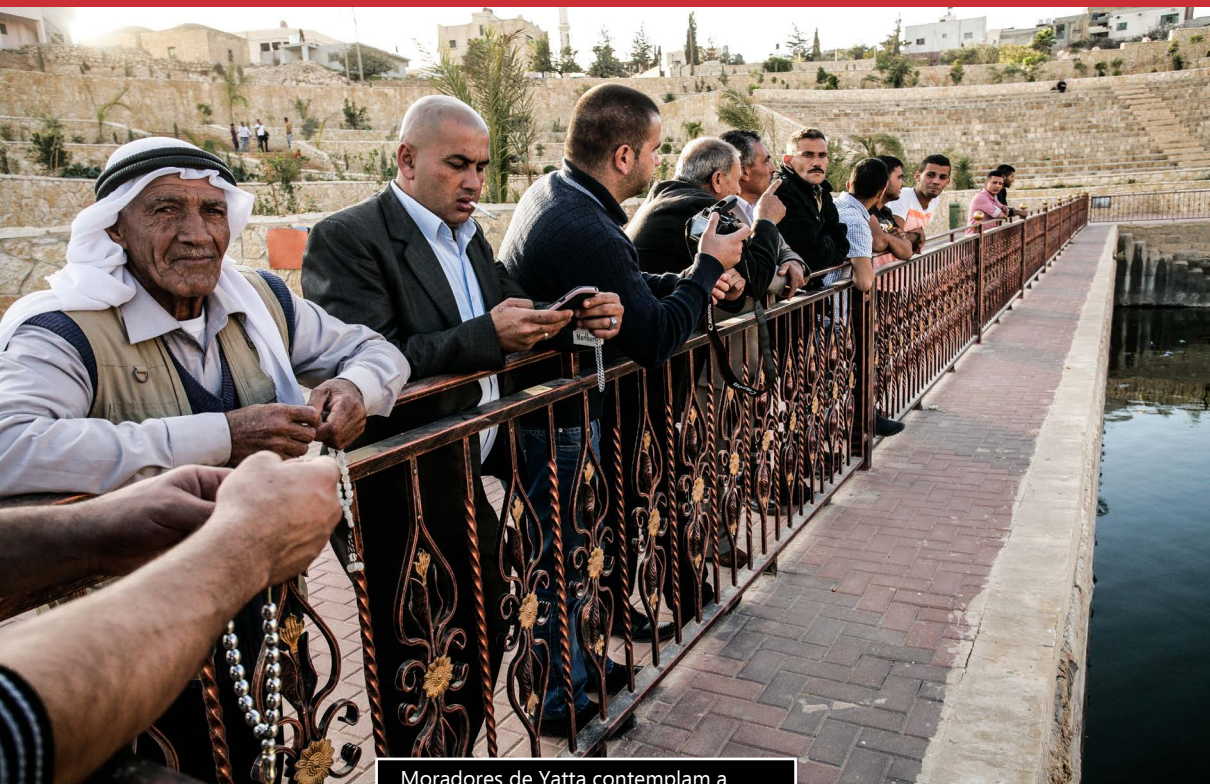
ISSAM BASHITI

O filho de Marwan se chama Issam, como o avô, e assim como o avô, que é professor aposentado de árabe, seu destino parece estar na manipulação das palavras. O menino se dedica à poesia, a narrar, por meio de versos, as agruras de seu povo, especialmente cenas do checkpoint de Kalândia.

E o talento é prematuro. Aos 10 anos, em 2011, Issam foi um dos finalistas do Arabs Got Talent, um dos principais programas de novos talentos da televisão árabe. Os vídeos de suas participações no programa, na internet, passam de 8 milhões de visualizações. A participação que emocionou apresentadores e público foi a declamação de uma poesia palestina.

Mas a paixão pelos versos ultrapassou a declamação e foi para a produção.

Em novembro de 2015, aos 15 anos e ainda no ensino médio, Issam já lançou seu primeiro livro de poesias. Por ora, só e-book. O pai reclama: “não é possível imprimir livros nesta situação”. A produção em e-book foi possível graças a uma editora egípcia que se interessou pelo trabalho do jovem poeta.



Moradores de Yatta contemplam a piscina construída na época do Império Otomano, no bairro de Carmel

YATTA

No penúltimo dia da nossa jornada na Palestina fomos conhecer a terra dos Abu Ali. A viagem não estava no cronograma oficial da missão, mas era impossível abrir mão de visitar a cidade de Yatta, de onde descende nosso guia e principal articulador da viagem. Organizamos a agenda de forma que nos possibilitasse conhecer a região de Hebron, uma das mais visadas pela vigilância israelense e, no período em que lá estivemos, uma das mais turbulentas.

Para garantir a nossa segurança e o roteiro da viagem, o governo palestino colocou como nosso guia e motorista o sargento do exército palestino, Mohammed Abu Eid, e um carro oficial. Continuávamos sob responsabilidade da Autoridade Palestina, o que era bom para nossa segurança, mas nos apresentava uma série de restrições de mobilidade. Não estávamos autorizados a nenhum movimento que colocasse em risco nossa segurança (que nesse caso se restringia a uma possível prisão israelense, já que retirando isso não vimos nenhuma ameaça entre os palestinos).

Antes de deixar Ramallah decidimos que deveríamos nos despedir do mausoléu de Yasser Arafat. Foi o primeiro lugar que visitamos em Ramallah e deveria também ser o último. “É nossa homenagem ao grande líder”, cravou Porto.

Era sexta-feira, dia da semana mais importante para os muçulmanos e o clima de confronto estava presente. O programa previa uma visita rápida



Comitiva brasileira recepcionada na Prefeitura de Yatta

a Belém, depois Yatta e Hebron. Mas o trajeto foi nos mostrando que a tensão dos soldados israelenses era maior, tanto que não conseguimos ir a Hebron (as notícias eram de que todas as entradas da cidade estavam fechadas naquela tarde).

No primeiro checkpoint pelo qual passamos, na saída de Ramallah, mesmo sendo um carro oficial da Autoridade Palestina (os soldados israelenses deveriam saber, claro), fomos parados, tivemos que apresentar passaportes e responder às perguntas de praxe. De onde são? Brasileiros. Para onde vão? Belém. Autoridades brasileiras fazendo turismo etc.

Mas assim como nas oportunidades anteriores, não fomos revistados e também, como nos outros checkpoints, os alvos são sempre os palestinos. Havia vários veículos parados, sendo completamente revistados, jovens palestinos em pé ou sentados em algum canto a espera. Ou seja, o cenário repetido à exaustão, só reforçando nossa sensação de que é esse

o objetivo dos checkpoints: infernizar a vida dos palestinos.

Passar pelas agruras dessas barreiras é um exercício de resistência para todo palestino, especialmente porque os israelenses fazem questão de deixar claro que os importunam diariamente para que desistam de lutar pela sua terra.

Na rodovia 60, principal estrada que corta a Cisjordânia de norte a sul (desde Nablus no norte a Hebron, no Sul), o clima era de provocação. Pelos vilarejos que margeiam a rodovia avistamos vários tratores de guerra, veículos militares fazendo manobras e algumas vilas com parte dos acessos fechados. Vimos torres com soldados armados, caminhando no acostamento e, em Halhul, drones sobrevoando a região. Mais adiante, em outro checkpoint, mulheres colonas judias faziam tremular bandeiras de Israel e à frente passamos por um veículo que transitava com uma bandeira de Israel tremulando. Provocação pura, por saberem que era sexta-feira.

A visita a Belém, onde nasceu Jesus Cristo, também necessária para entendermos todo o contexto palestino, transcorreu sem percalços. A cidade com muita movimentação turística, não tinha soldados israelenses à vista e devido nossa restrição de tempo, nos limitamos a conhecer a Igreja da Natividade, que guarda a manjedoura cristã.

A chegada a Yatta foi precedida por um checkpoint improvisado. Na entrada da cidade dois veículos militares de Israel vistoriavam todos os carros que chegavam e conosco não foi diferente. No final da curva, numa quase colina, a pouco menos de 500 metros dali, nossa comissão de recepção capitaneada por Samir Hrizat, dirigente local da PGFTU (Palestinian General Federation of The Trade Unions), central sindical palestina, observava a cena dos soldados israelenses decidindo se podíamos ou não entrar naquele município.

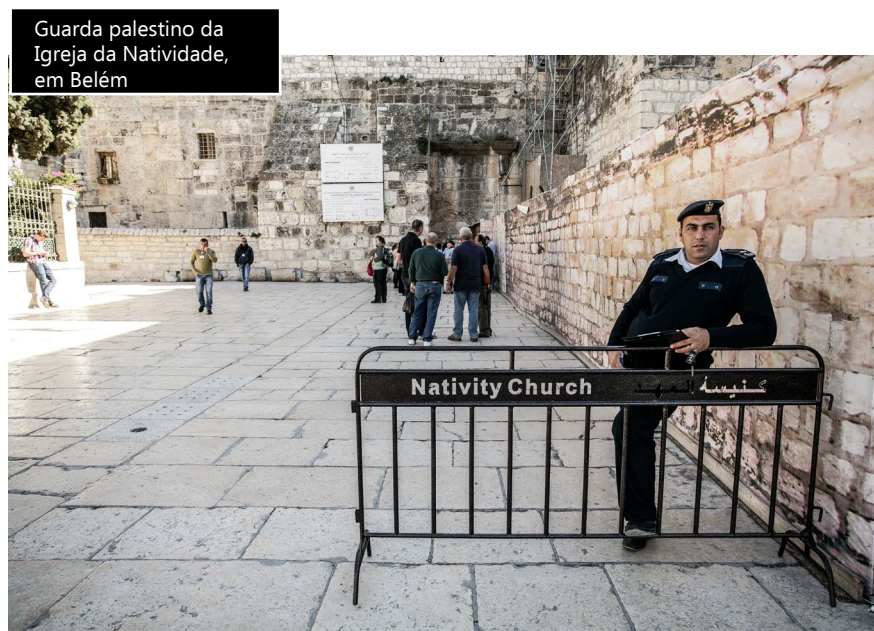
Depois das perguntas de praxe e averiguação dos documentos, nos liberaram.

Hrizat, que é tio de Jihad, guiou-nos até a sede da prefeitura local,

onde o prefeito, Lawyer Mousa Makhamred, nos aguardava com uma comitiva de mais de 30 pessoas, entre vereadores locais, dirigentes de entidades sociais, secretários, dirigentes do Al Fatah, jornalistas, enfim, uma recepção digna de chefes de Estado.

Na prefeitura, assim como nas outras cidades que visitamos, ouvimos os relatos das agruras dos cidadãos de Yatta com a ocupação e pedidos de ajuda para tirar o município do isolamento imposto por Israel. Ao final recebemos placas pela nossa visita e retribuímos com o compromisso de estimular convênios de irmanação entre municípios brasileiros e Yatta, além, claro, de continuar a contribuir com a resistência palestina.

Yatta é uma cidade milenar. Segundo seus moradores, tem três mil anos de história e é onde nasceu João Batista, o profeta que batizou Jesus Cristo. Teve mais de 50% de seu território ocupado por Israel em 1948 e assistiu a instalação de colônias judaicas, a partir de 1967, que isolaram comunidades inteiras de seu território, como os moradores





de Massafer, tradicionais povos palestinos que residem nas montanhas, mas a prefeitura local não pode levar nenhuma benfeitoria a esses povos, pois suas cavernas estão localizadas entre uma colônia e a fronteira de Israel. Enquanto isso seus habitantes continuam morando como há centenas de anos, sem luz e água, vivendo de cultura de subsistência.

Conhecemos ainda, em Yatta, pelo menos três entidades sociais que atuam principalmente na assistência a mulheres vitimadas pela guerra. Mulheres que ficaram viúvas ao perderem os maridos na luta pela resistência palestina ou seus companheiros estão presos há muitos anos em Israel. Essas entidades abrigam as mulheres, ajudam a cuidar de suas crianças, enquanto aprendem um ofício ou produzem produtos que possam lhes trazer renda. As entidades são mantidas com doações estrangeiras, mas



Missa para peregrinas
católicas realizada na
manjedoura cristã na
Igreja da Natividade,
em Belém

algumas, como a Associação das Costureiras, sobrevivem, basicamente, de sua própria produção de vestimentas.

Visitamos ainda o bairro de Carmel onde viveram os povos das rochas, contemporâneos dos que vivem hoje em Massafer. Pessoas que construíram suas casas nas cavernas (abundantes na região) e lá viviam. Visitamos uma dessas moradias existentes na praça em formato de arena, com piscina ao centro, que a prefeitura de Yatta restaurou.

A piscina e a praça foram construídas originalmente pelo Sultão Suleyman Kanuni (conhecido no ocidente como Solimão, o magnífico), durante o império Otomano, nas primeiras décadas dos anos 1500, assim como outras na Palestina para servir como ponto de descanso para peregrinos que se direcionavam a Meca, vindo dos mais diversos pontos do Oriente Médio.

A praça, ponto de referência e de resistência dos palestinos da região, também revelou outra face perversa da ocupação israelense: a tentativa da usurpação cultural e da memória. Segundo os moradores de Yatta, com certa frequência os colonos judeus das proximidades se reúnem na praça com o intuito de dizer que o local pertence a eles, assim como e a história que gerou o projeto da praça. “Tanto é que a colônia construída ali – e aponta – se chama Carmel”, narra o prefeito.

A intenção é clara, Israel, além de roubar as terras do povo palestino, busca sequestrar sua memória para tentar justificar o injustificável perante a história, que é justamente a sua presença e permanência em terras que jamais foram suas.

OS ABU ALI

Um dos momentos mais marcantes da missão foi presenciar o reencontro de Jihad com os Abu Ali que vivem em Yatta. Olhos marejados, primos, tios, sobrinhos, lembranças do território. “Aquela casa foi meu pai que construiu”. “Aquela casa é do meu tio”. “Ali estão as plantações de oliveiras que pertenceram aos meus avós”.

Como não se emocionar vendo um filho de um palestino pisando na sua terra, na terra que os sionistas usurparam de seu país natal, que obrigaram os seus a se refugiar num país distante.

A história dos Abu Ali e a necessidade de parte deles deixarem sua terra, de buscarem alternativas de vida longe de sua terra natal, remonta aos

Terras da família Abu Ali,
nos arredores de Yatta





Jihad Abu Ali e seus
sobrinhos e primos
palestinos de Yatta

princípios da ocupação de 1948.

Com a tomada da maior parte do território de Yatta pelos judeus, em 1948, a família Abu Ali e suas ramificações, como muitos, ficaram sem terra para cultivar naquela cidade, onde seus antepassados já viviam há mais de 300 anos. Resistiram anos, esperando que aquele pesadelo terminasse e se consumasse o direito ao retorno e a vida voltasse ao normal

Começaram a procurar locais para sobreviver e encontraram, em boa parte, o Brasil. Em 1960, Hasan Mahmud Abu Ali, tio do pai de Jihad, migrou para o Brasil, para o Rio Grande do Sul e começou a trabalhar de mascate.

Em 1965, Ahmad Abu Ali, pai de Jihad, deixou o pastoreio de ovelhas na Palestina e seguiu os passos do tio. Mais tarde Ahmad viria para

o Paraná e na década de 80 para Foz do Iguaçu para onde também migraram os irmãos Ibrahim e Youssef. Ahmad faleceu no Brasil na década de 1990.

Antes de chegar ao Brasil, na década de 1970, e ainda assombrado com as imagens dos seus sendo expulsos de suas casas na guerra de 1967, Ibrahim foi fazer o curso equivalente ao técnico de edificações, na Jordânia, indo trabalhar na Líbia e no Iraque e desembarcando no Brasil em 1979.

Youssef, o mais novo, viajou para Foz do Iguaçu em 1986, para validar um passaporte e voltar um ano depois. Nunca conseguiu validar o passaporte e não conseguiu voltar para Yatta.

Em Yatta, permaneceram Abdala Abu Ali (morto de causas naturais, quatro dias após visitarmos Yatta e a sua casa) e as irmãs Marian e Rudah. Em Amán, na Jordânia, mora o mais velho dos Abu Ali, Zaharan.



Comida típica palestina, mansaf, exemplo da riqueza gastronômica palestina. Almoço com a família Abu Ali, em Yatta

REFUGIADOS PALESTINOS

Comum em todos os lugares que visitamos na Cisjordânia, os refugiados palestinos, originados da criação do Estado de Israel e da guerra de 1948, continuam lutando pelo cumprimento da Resolução 194 da Assembleia Geral da ONU, que lhes garante o direito de retorno. Principalmente as mulheres. Algumas guardam até hoje a chave de suas casas que tiveram de abandonar à força ou por medo, em 1948.

Segundo dados de pesquisadores, naquela época foram pelo menos 711 mil refugiados que deixaram seus territórios e foram para Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Síria e Líbano. Conforme informações de 2012, somados os descendentes de 1948, mais os novos refugiados a partir de 1967, somam cerca de 5 milhões de cidadãos palestinos pelo mundo na esperança de um dia voltarem para sua terra usurpada.

Com a Nakba se iniciou e com o passar dos anos se comprovou, a limpeza étnica na Palestina. Em 1948, além dos mais de 711 mil palestinos expulsos ou que fugiram de suas casas, pelo menos 418 aldeias palestinas foram destruídas por Israel e tiveram seus nomes apagados dos mapas.

A Palestina é talvez o único Estado reconhecido pela ONU que tenha refugiados dentro do seu próprio território. Nas cidades que visitamos Jericó, Beitunia e Yatta, há bairros inteiros formados por refugiados de 1948.

O RETORNO

Voltamos à noite para Jericó. Teríamos que estar no máximo às 9 horas no terminal de King Hussein, pois no outro dia cumpriríamos uma agenda na Jordânia, a convite da empresa Mazaya. Haveria um veículo do lado jordaniano para que pudéssemos seguir viagem.

Após o café da manhã nos despedimos do prefeito Jalayta e de Marwan Samarat, e do nosso último guia na Palestina, o sargento Mohammed Abu Eid, e rumamos para os procedimentos de saída (já com um nó na garganta por deixar aquele território, aquelas pessoas, mas com o sentimento reforçado de que a luta precisa continuar).

Chegamos em uma espécie de aduana palestina em Jericó, com várias poltronas, onde compramos os bilhetes para o ônibus que nos levaria até a estação de King Hussein e para a fiscalização israelense. Jihad vestia uma camisa da seleção brasileira e tínhamos a esperança de que não nos incomodariam na saída, voltaríamos tranquilamente para a agenda na Jordânia. No entanto, quando se fala da ocupação israelense e sua capacidade de infernizar a vida dos palestinos, tudo pode se esperar e, inevitavelmente, acontecerá algo para nos constranger e mostrar o poder do Estado de Israel.

Desta vez estávamos em um ônibus para palestinos, entramos na fila comum. Observamos caravanas, ônibus com estrangeiros, vans ultrapassarem os limites da fronteira e nós ali, sofrendo as agruras e as

humilhações de todos os palestinos. Tínhamos tâmara e dividimos com os passageiros à nossa volta. Depois de mais de uma hora e meia chegamos ao local onde deveríamos descer e ser fiscalizados pelos soldados e agentes israelenses.

Já se aproximava do meio-dia e nossa agenda jordaniana começava a ficar comprometida, mas esperançosos na fila, chegamos a postar uma foto no grupo de Whatsapp da viagem, achando que eram os últimos momentos na Palestina.

Logo depois da foto, notei o Jihad tenso e tentei fazer uma brincadeira com ele, que respondeu com a cara fechada: ainda não acabou. Ele sabia do que estava falando. Não deu outra. Os agentes da fiscalização israelense começaram a fazer uma espécie de operação tartaruga e atrasar as filas. Atendiam alguns, paravam, saíam dos guichês e assim atrasavam por minutos, que pareciam intermináveis, a autorização para deixarmos aquela fiscalização. E resolvemos trocar de fila, mas antes de nós chegou uma excursão de japoneses e entendemos que era melhor continuar no mesmo lugar. Uma hora teria que chegar nossa vez.

E chegou. Assim como na entrada, o primeiro a ser liberado foi Paulo Porto, o segundo fui eu e mais uma vez Jihad ficou retido. O motivo era o mesmo de sempre: atormentar a vida de um palestino. Rapidamente decidimos que deveríamos resgatar as bagagens e impedir que acessassem as bagagens do Jihad, principalmente, que entendessem o que fomos fazer lá e simplesmente retivessem nossas malas, cheias de símbolos da resistência palestina, que trazíamos para expor no Brasil.

Desde o início, os tíquetes das bagagens do Jihad estavam comigo. O procedimento evitou que trocássemos papéis dentro da estação aduaneira. Mas como sair dali? Eu e Paulo Porto não tínhamos nenhuma informação do que fazer e não sabíamos onde estavam as bagagens. Tentamos conversar com um agente sionista (mais velho do que aqueles jovens com olhar de ódio), sem muito esforço para nos ajudar, nos indicou que deveríamos ir até onde estavam estacionados alguns ônibus.





Imaginamos que as bagagens estavam lá para serem transportadas pelos ônibus, mas não havia nada. Tentamos uma informação com uma agente israelense que lá estava, mas com muita má vontade, mal nos olhou e respondeu que não compreendia o que falávamos. Voltamos ao senhor de antes, que novamente nos indicou os ônibus.

Decidimos então pelo óbvio. Perguntar aos motoristas, provavelmente jordanianos. Conversamos num arremedo de inglês, que os três motoristas sentados entenderam e tentaram nos ajudar. Um deles disse que deveríamos ficar tranquilos e esperar, que ele nos ajudaria.

Respiramos mais aliviados e decidimos acreditar na ajuda, que veio com muita simpatia, aliás, simpatia que havíamos detectado no povo jordaniano desde nossa chegada. Quando estacionou o ônibus que nos levaria até a Jordânia, o motorista atencioso nos apresentou para o condutor do ônibus, que disse para não nos preocuparmos, pois teríamos a nossa bagagem.

Fomos então transportados daquela área de fiscalização para outro barracão, localizado a menos de um quilômetro dali, onde várias malas estavam jogadas no chão e, aparentemente, sem ninguém cuidando ou fiscalizando, provavelmente, porque já passava das 13 horas e éramos os últimos da fiscalização rotineira. Depois de nós, só restavam os retidos, como o Jihad. Não perdemos muito tempo observando se havia agentes ou movimento de pessoas. Localizamos nossas malas grandes (que agora eram seis) e, com a ajuda do motorista, embarcamos tudo para rapidamente deixar o local.

Descemos na aduana jordaniana, localizamos o motorista da van que nos aguardava pacientemente desde as 9 horas. Mais uma hora de tensão e tentativa frustrada de notícias, até que no último ônibus que viria naquele sábado de King Hussein desembarcou com um passageiro exclusivo: Jihad Abu Ali.

Ele nos contou a história, resumida pelo cansaço e pela tensão: “Fizeram

tudo novamente, até eu ser o último a sair da aduana. Entrei no ônibus, o último daquele sábado, dia 21 de novembro, e o motorista me cumprimentou ‘salam aleikum’. Eu perguntei: podemos sair daqui? Ele respondeu, temos que aguardar a ordem. Também naquele sábado fui o último palestino a sair”. “Com tudo isso, se me perguntarem se voltaria para a Palestina, a resposta, sem dúvida seria, amanhã mesmo gostaria de voltar para lá, sem medo de passar por tudo isso outra vez, porque sei que a causa é justa”, desabafou Jihad.

Ele fora o último a ser liberado na aduana israelense no dia de nossa chegada e também último a sair no dia da nossa partida. A coincidência das datas: era sábado, dia sagrado para os judeus.



A comitiva brasileira e as lideranças beduínas em Jericó



Rula Albandak, então ministra do turismo palestino, recebendo o quadro pintado pelo artista iguaçuense Anderson Santos, em comemoração à irmanação com Jericó



Com Samir Hrizat, liderança sindical palestina, numa vista privilegiada de Ramallah



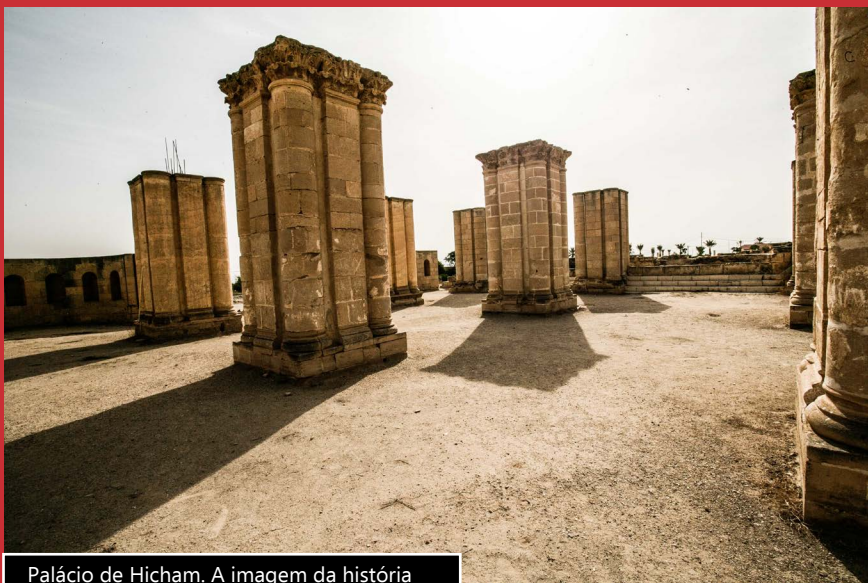
O prefeito de Jericó, Mohamed Jalayta, o coordenador da missão, Jihad Abu Ali, o governador Majed Al-Fityani, do departamento de Jericó Al-Aghwar e o nosso guia em Jericó, Marwan Samarat



Lideranças sindicais de Jericó, representando a luta dos trabalhadores palestinos



Com o então prefeito de Jericó, Mohamed Jalayta



Palácio de Hicham. A imagem da história que Jericó tem para mostrar à humanidade



Weaan Iriqat, então diretora de Cultura de Jericó



Paulo Porto, com o Sheik Mussa Jahaleen e as lideranças beduínas



Um dos símbolos da arqueologia mundial, localizado em Jericó, marca do Palácio de Hicham, com mais de 3 mil anos de história

AMÁN E PARIS

A nossa volta foi marcada pela referência aos atentados de 13 de novembro em Paris. Durante os últimos dias na Palestina recebíamos notícias de que a qualquer momento os voos da Air France, originados no Oriente Médio, com destino a França, poderiam ser cancelados. As notícias dos atentados no Mali, no dia 20 de novembro, data de nossa saída da Palestina, reforçavam esta hipótese que não se confirmou.

Depois de conhecer o Mar Morto e a cidade de Petra, fomos recepcionados pelos proprietários da empresa de tabaco Mazaya e depois por Fida Abu Ali para as visitas da parte da família Abu Ali, na Jordânia. A tarde na capital jordaniana foi suficiente para reforçar a imagem de que é uma bela cidade, com um trânsito quase caótico. Como imaginar que os veículos não se colidem o tempo todo com aquele fluxo e aquelas manobras? Mas a noite de Amán nos apresentou um frio que nunca havia sentido antes, mostrando como seria o inverno que se aproximava.

Nosso voo estava marcado para a madrugada do dia 23. Por volta das 22 horas nos dirigimos ao aeroporto onde comeríamos um lanche após o check in e os procedimentos da migração. Desta vez ocorreu o inverso dos processos migratórios anteriores, Jihad foi liberado rapidamente pela migração jordaniana, isso o deixou tão aliviado que saiu leve, livre e solto do setor de migração e não percebeu que eu e o Paulo Porto ficamos retidos.

O agente da migração jordaniana, um jovem, que não deveria ter mais que 19 anos, desconfiou de nossos passaportes novinhos, sem nenhuma outra viagem marcada, exceto aquela (o curioso era que o passaporte do Jihad também era novo e não houve nenhum questionamento). E aí a dificuldade da comunicação entrou em cena. Queria saber para onde fomos na Jordânia. Tentamos explicar que fomos à Palestina, que éramos autoridades políticas brasileiras, mas ele não entendia. E passou a observar nossos passaportes com lupa, embaixo de feixes de luzes, provavelmente buscando algum elemento de falsificação.

Tentamos informar que nosso intérprete já havia sido liberado (e mostrávamos o Jihad, que nesse momento já havia deixado a área de migração e tentava voltar, mas era impedido por um policial). Até que o jovem da migração resolveu nos levar até uma pessoa que deveria ser seu superior. Ele nos ouviu (com nosso inglês tosco), viu nossas passagens, observou os passaportes e, sem nenhum ar de preocupação, determinou ao jovem que nos liberasse.

No momento seguinte, mais um problema. Os equipamentos fotográficos do Paulo Porto não despertaram nenhuma atenção especial em King Hussein ou na entrada na Jordânia, mas chamou a atenção dos seguranças da migração jordaniana (entendemos que era devido ao fato de termos ido à Palestina e, estrangeiros, nos dirigirmos a Paris). Obrigaram o Paulo a desmontar todo o equipamento, analisaram as lentes com lupas e, finalmente, autorizaram que seguissemos para a área de embarque.

O desembarque para a conexão em Paris também foi marcado por expectativa. Vínhamos de terras árabes e a cidade ainda se comovia com os atentados de dez dias atrás. Como esperávamos, tinha segurança reforçada na saída da aeronave. Um grupo de policiais franceses conferiam passaporte por passaporte dos passageiros que desembarcavam, incluindo a passagem, mas sem outro tipo de averiguação. Conferiram nossos documentos e nos liberaram para aguardar a conexão que aconteceria cinco horas depois, rumo ao Rio de Janeiro.

POSFÁCIO

Por **Paulo Porto Borges**



Paulo Porto Borges, doutor em Educação, é professor da Unioeste e foi vereador em Cascavel (Paraná)

Em certa feita, em seus estudos acerca da memória e experiência, o intelectual Walter Benjamin chegou a afirmar que “o combatente que vai à guerra volta mudo”. Felizmente, este não é o caso do amigo Nilton Bobato, que nos apresenta um rico e detalhado relato sobre a nossa viagem à Palestina. Uma jornada que, ao menos para mim, se iniciou no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, quando um senhor palestino – que nos acompanhava no embarque – se aproximou e afirmou: “Vocês verão que na Palestina ocupada um soldado israelense armado até os dentes, treme diante de uma criança palestina, porque ele sabem que no fundo, não possui nenhuma razão para estar ali”. Esta

afirmação me acompanhou por toda a viagem e, inacreditavelmente, era verdade. Porém, em nossa curta estadia junto ao povo palestino, vi muito mais do que isso. Em Jericó, nossa primeira parada, vi uma cidade sitiada pelos recentes assentamentos israelenses, nos quais se localizavam boa parte das poucas terras férteis e praticamente todas as nascentes, que lentamente foram roubadas dos palestinos.

E, desde então, durante toda a viagem – de Jericó a Yatta – não fiz outra coisa senão notar a presença constante e opressora da ocupação sionista, em especial na forma de assentamentos, que nada mais são do que uma espécie de presídios de segurança máxima, nos quais, contraditoriamente, quem está preso e vigiado é justamente quem se encontra do lado de fora, como na descrição de Bobato das cercas duplas que encontramos em Beitunia. Um estranho lugar onde os donos das terras são impedidos pelos ocupantes israelenses, de ter acesso aos seus olivais, como estrangeiros em suas próprias terras. Entretanto, somente em Jerusalém, no chamado “lado árabe”, cruzamos com alguns colonos israelenses – todos fortemente armados e possuídos por um ar absolutamente hostil. Para mim segue sendo um absurdo que civis israelenses possam andar exibindo seu arsenal pessoal e ao palestino sequer é permitido andar com uma pequena faca ou ainda instrumentos de trabalho que possam ser cortantes ou causar algum tipo de trauma e lesão. Esta opressão sistêmica, que tem nos checkpoints sua variável mais violenta e nos assentamentos sua materialização, enquanto política de ocupação territorial nos dá uma vívida noção do que é a Palestina sob o julgo sionista. Impressão que foi registrada apenas pelas palavras e não pelas imagens, que de forma cotidiana procurei coletar em toda a viagem. Simplesmente porque ou era proibido ou – segundo nosso guia – incrivelmente perigoso. Devido a isso, este breve relato se ressentia da ausência dessas imagens.

Afinal, havia uma orientação expressa dos companheiros do Al-Fatah no sentido de evitarmos ao máximo nos expormos e colocar a missão em risco frente à autoridade israelense. Portanto, a maioria das fotografias

que coletei em terras palestinas para este livro é de registros dos nossos encontros com lideranças políticas e os lugares por onde passamos, às vezes de forma até protocolar. Talvez a exceção seja a nossa visita a Yatta onde registrei a imagem de um jovem menino palestino. Na imagem se vê ao fundo um assentamento israelense e no primeiro plano o jovem posando com o sinal em “V”, que é o símbolo da luta palestina contra a ocupação sionista. Porém, o que a imagem não mostrou foi minha tentativa de, antes, fotografar um menino um pouco mais velho que o acompanhava. Ao ser indagado se poderia me ceder uma foto ele argumentou gravemente: “Desculpe, não posso! Por favor, se quiser fotografe meu irmão mais novo. Ele pode, nunca foi preso, eu já fui várias vezes, não é bom ser fotografado”. O jovem não aparentava ter quatorze anos. Neste caso, o relato da construção da imagem e a foto não registrada é que nos contam a história em seus detalhes, em uma espécie de narrativa às avessas. Felizmente, é justamente para nos salvar desses silêncios e não ditos que encontramos a força e as palavras da cuidadosa narrativa de Bobato.

Espero que este relato consiga trazer parte de nossas inquietações e impressões desta breve viagem à Palestina ocupada, a Palestina que bravamente resiste e que seguirá existindo, ainda que os senhores da guerra digam o contrário, ainda que a expansão sionista siga avançando. Tive esta certeza ainda no início da viagem, quando em conversa com o Governador Geral de Jericó perguntei a ele como via o futuro do povo palestino. Ele me olhou nos olhos e disse calma e firmemente: “Israel é como um satélite, um bólido lançado no espaço, algo artificial. Com o tempo se desintegrará, desaparecerá e nós, como sempre, seguiremos aqui”. Que assim seja!

LANÇAMENTO EM 2017

Fotos **Norian Segatto**



Capa da edição impressa, de 2017



Lançamento em Foz do Iguaçu: Nilton Bobato fala sobre o impacto que a visita a Palestina lhe trouxe



Paulo Porto e Nilton Bobato autografando os livros



Jihad Abu Ali, Nilton Bobato e Paulo Porto

Sheikh Mohamad Khalil, líder religioso da Sociedade Beneficente Islâmica de Foz do Iguaçu





Lideranças políticas e religiosas.
Ao centro (de terno e gravata
vermelha) Ibrahim Alzeben,
embaixador da Palestina no Brasil



Rafael Araya Almasry, presidente
da COPLAC



Norian Segatto, editor do livro, durante lançamento em Cascavel



Ualid Rabah, presidente da Fepal, no lançamento em Cascavel



Jihad Abu Ali, Paulo Porto e Nilton Bobato



Encontro com os movimentos sociais, em Cascavel



Com o então prefeito de Cascavel, Leonardo Paranhos





Com Dom Mauro
Aparecido dos Santos
(1954–2021), ex-arcebispo
de Cascavel





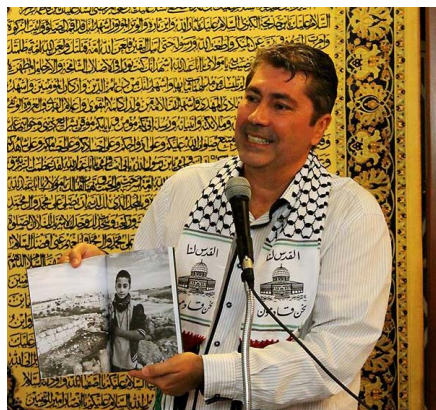


OS AUTORES



NILTON BOBATO é autor de nove livros. Formado em Letras Português/Espanhol (Unioeste – Foz), é mestrando em Literatura Comparada (Unila) e professor de língua portuguesa.

Em Foz do Iguaçu foi vice-prefeito, vereador, secretário municipal nas pastas de Saúde, Administração e governo.



PAULO PORTO BORGES é docente da Universidade Estadual do Paraná, doutor em Educação e fotógrafo documental, ex-vereador no município de Cascavel/PR pelo Partido Comunista do Brasil. Atua como militante da reforma agrária e na defesa dos direitos e território das comunidades indígenas Guarani do oeste do Paraná.



JIHAD ABU ALI foi secretário de Assuntos Internacionais e atual secretário-adjunto da Fepal – Federação Árabe Palestina do Brasil, é membro da REPIT – Rede de Expertos e Paradiplomacia e Internacionalização Territorial, especialista em relacionamento com a China e países árabes.

Esteve à frente da Diretoria de Assuntos Internacionais do Município de Foz do Iguaçu entre 2017 e 2024.

PATROCÍNIO



APOIO



Publicado em 2017, de forma impressa, este livro reflete a visão de um escritor e de um fotógrafo, ambos professores e militantes da causa Palestina, durante uma viagem de seis dias.

Mas como relançar este livro sem ter em mente o genocídio que israel tenta impor ao povo palestino, não apenas em Gaza, mas em todo o território ocupado; sem pensar nas milhares de vítimas, mulheres e crianças, cujas vidas foram ceifadas pelo exército israelense com a cumplicidade dos EUA, Otan e diversos países da União Europeia.

PALESTINA – UM OLHAR ALÉM DA OCUPAÇÃO fala sobre a gente palestina, seu dia a dia, do que os autores viram além da ocupação e com isso possibilitar perceber que na Palestina tem pessoas que vivem, são solidárias, que estudam, trabalham e organizam suas vidas para conviver e lutar contra esta atrocidade que se prolonga por mais de 70 anos.

Gerações inteiras de palestinos foram dizimadas ou expulsas de suas terras, enquanto isso o mundo continuar a aceitar as atrocidades de Israel de maneira impune, naturalizando a barbárie e o genocídio.

Revisitar este livro, suas imagens e narrativas, é ao mesmo tempo uma homenagem à resiliência do povo palestino, à sua terra, tradições e cultura, que precisam ser defendidas, visitadas, estudadas, apreciadas e respeitadas.

Este livro-documento junta-se às milhões de vozes do mundo todo que clamam pela PALESTINA LIVRE!

